

# POLITIKA

RIO, 1º a 6 de janeiro de 1973

ANO II - Número 63 - Cr\$ 3,00

# AS

CEMAP - BIBLIOTECA  
CLASS. \_\_\_\_\_

# CONTRADIÇÕES DE CASTELO E COSTA E SILVA

## O reino louco de Walter Clark

O tédio lunar de Gerardo	O anel perdido de Vilaca	O livro de ouro do INL
--------------------------	--------------------------	------------------------

## O testamento insepulto de Plínio



Marechal Lott

## A Editoria

Chacrinha no  
país da alienação

Durante muitos dias o país inteiro viveu a *guerrinha* Chacrinha-Rede Globo-Rede Tupi de televisão. Pode parecer brincadeira, mas foi o assunto do dia, para não dizer o assunto que dominou todas as opiniões. Anteriormente, já havia ocorrido problema semelhante com Flávio Cavalcanti, envolvido nas *traquinagens* do detetive Nélon Duarte, uma espécie de mentor policial do animador de programas de auditório. Todo mundo queria saber se existia mesmo um tal de *livro de ouro*, pelo qual a dupla — animador de TV e detetive de polícia — recolhia donativos para um duvidoso hospital de tratamento de toxicomanos.

Mas este não é bem o caso, o que importa é o fundo social e político do problema. Em que país, em que civilização, a mudança de um animador de programa de televisão de um emprego para outro pode causar uma crise de proporções semelhantes à que aqui se verificou, mormente em se tratando da categoria intelectual que são os programas dirigidos pela pessoa causadora da situação caótica que se criou? Só aqui. Por que a imprensa abriu espaço para um assunto tão banal, que não mereceria mais que umas poucas linhas num cantinho de página qualquer? Por que a razão deste nosso protesto?

Tudo isso está inserido no contexto atual. É um sintoma da crise que o país atravessa. Quando não se fala de assuntos importantes, quando não se analisa em profundidade aspectos da vida política nacional, quando não se encontram homens com coragem bastante de dizerem o que pensam, o recurso que resta é apelar para os chacrinhas nacionais. Pelo menos eles funcionam como uma espécie de ópio, entorpecendo as mentes, desviando as atenções e servindo de anteparo para todo um caudal de coisas que precisam ser ditas e analisadas, mas que a maioria prefere passar por cima, como se elas não existissem, por medo e covardia.

Quando um país faz do Chacrinha, de Flávio Cavalcanti ou Sílvio Santos assunto de primeira página de jornal, é um sintoma que algo vai mal. Que suas elites estão falindo, ou se omitindo. Há duas semanas falamos aqui, neste canto de página, do medo da juventude. As manchetes dos jornais nestes últimos dias estão confirmando as pesquisas feitas pelos sociólogos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, nas

universidades de Recife, Fortaleza e Salvador. Há medo, temor e omissão.

Quando se espera dos jornais, que se ocupam com Chacrinha e outras personalidades do mesmo jaez, posições de coragem e firmeza, denunciando injustiças, apontando erros, mostrando um caminho a ser seguido, e-los travestidos de porta-vozes da subcultura nacional, em arautos da anticultura, muito bem condenada pelo Juiz de Menores da Guanabara, Alírio Cavalieri, que em recente entrevista afirmou que a televisão brasileira estava transformada em veículo da subcultura transmitida via Embratel.

Homens como Chacrinha, Flávio Cavalcanti e outros menos expressivos neste mar de ignorância em que foi transformado o panorama artístico nacional são hoje os heróis, os paladinos da democracia, da cultura e do bem-estar social. São eles que ditam as regras do bem viver. São eles os críticos da sociedade, principalmente Flávio Cavalcanti. Ninguém mais fala em nomes sérios. Ninguém mais se lembra de homens que fizeram desta nação um país respeitado. Vivemos o momento da alienação. Parece que todos perderam a noção do ridículo, e cada um quer expor da melhor forma possível sua nudez hedionda. Há como que uma disputa para ver quem é capaz de ser pior, de mostrar a que ponto desceu a cultura nacional.

São homens como estes que recebem apoio para conduzirem a juventude. Os verdadeiros dirigentes, os verdadeiros líderes, foram relegados a um segundo plano. Estão no ostracismo. Quem for mais alienado, quem demonstrar maior capacidade de ignorância do mundo e das coisas, é en Deusado, elevado às cumâncias da glória forjada num palco entre luzes e câmaras e transmitida para todo o Brasil, em cores, via Embratel.

Os políticos, os educadores, os próprios chefes de família estão como que anestesiados por este festival de besteira. Fascinados como mariposas pelas luzes da ribalta. Ninguém diz nada. Ninguém faz nada. Como a juventude brasileira, estão com medo. Sinal dos tempos. Ao que parece, cada um espera sua vez de entrar no palco. Enquanto isso, aguardam nos camarins que se lhes aprontem a maquiagem. Pois suas imagens serão transmitidas, em cores, para todo o Brasil, via Embratel. Afinal, nós vivemos num país de samba, futebol e alienação.

## Agenda

• Infelizmente, a inflação do ministro Delfim Neto — 15 por cento — é só dele. A nossa, aqui no POLITIKA, neste ano de 1972 foi de 105 por cento. Os custos gráficos do jornal, de maio a dezembro, subiram mais de 100 por cento. Como POLITIKA vive praticamente da venda avulsa — a publicidade, vocês sabem, em jornais como o nosso, com a posição do nosso, é muito difícil — os leitores vão ajudar com 50 por cento para cobrir nosso deficit. A partir deste número, POLITIKA custa Cr\$ 3,00. Desde junho, estávamos resistindo. Todos os outros jornais e revistas aumentaram seus preços duas vezes este ano: no primeiro e no segundo semestre. Nós continuávamos com o preço de 1971. Mas a inflação verdadeira, real, sem propaganda e sem milagre do ministro da Fazenda nos derrotou. Esperamos que os leitores tenham conosco 50 por cento dos 100 por cento de paciência que tivemos este ano com a política econômico-financeira do governo.

• Há exatamente um ano o representante das Forças Armadas no Conselho da SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — fazia uma denúncia, que considerava grave: a concessão de incentivos fiscais à Alcan para explorar a bauxita do rio Trombetas, na bacia Amazônica, matéria-prima utilizada na produção do alumínio. Achara ele que não era possível conceder incentivos fiscais a uma empresa estrangeira, poderosa, quando vários projetos brasileiros dependiam de ajuda. Foi voto vencido. Afastou-se do cargo. Mas a semente que plantou germinou e a Alcan teve que recuar e se compor com a Companhia Vale do Rio Doce. Segundo transpirou nos bastidores, a Vale do Rio Doce ficará com todo o projeto e a empresa canadense se afastará do negócio, paulatinamente. Foi a vitória das forças nacionalistas e a derrota dos dirigentes da SUDAM, isto em apenas um ano.

• Em diversas ocasiões

POLITIKA tem levantado o problema de se buscar o desenvolvimento pelo caminho fácil do aumento das exportações. Citamos, inclusive, o caso da Nova Zelândia, país que apresenta um dos maiores índices de renda *per capita* do mundo, que baseia sua economia essencialmente na venda de carne e laticínios e que, de repente, viu sua receita de divisas reduzida a menos da metade em decorrência das restrições à importação por parte de diversos países compradores. O Brasil tem sofrido muito com isso. Primeiro foi o café solúvel, depois vieram os têxteis, agora é a vez dos calçados. Basta que nos destaquemos em algum setor de exportação para que os nossos concorrentes estrangeiros protestem e os governos de seus países tomem medidas protecionistas, como faz qualquer governo que resguarda os seus interesses. Os protestos contra a importação indiscriminada de calçados já começam a aparecer na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde os sapatos brasileiros são vendidos a preço de banana, em decorrência dos incentivos fiscais dados pelo governo para poder concorrer.

• O marechal Teixeira Lott, com 78 anos de idade, saiu de um mutismo de muitos anos e falou a Tarcísio Holanda, do Jornal do Brasil. Ponderado, o velho marechal fez uma série de considerações sobre a política nacional e o regime, inclusive defendendo uma abertura. Como não podia deixar de acontecer, a entrevista do velho marechal repercutiu, e o deputado Etelvino Lins, pessedista dos bons, disse que "a conciliação entre os princípios revolucionários e as liberdades públicas é o desafio a que seremos submetidos todos em futuro não remoto, para a ordenação da democracia estável que o país reclama".

**Bresser  
Pereira**

No governo Castelo Branco os técnicos deixaram as posições de assessoria para ocupar os postos de chefia, assim se implantou a tecnocracia

**POLITIKA**

**3**

**análise**

# BRASIL DE CASTELO E COSTA E SILVA

*Esta semana fez três anos da morte do ex-presidente Arthur da Costa e Silva. Com ele, enterrava-se o segundo governo do Brasil pós-64. Ainda é cedo para o necessário distanciamento histórico, indispensável a uma visão correta do que foi e do que não foi o governo Costa e Silva. O mesmo se pode dizer do governo Castelo Branco. Mas, como a história é o povo dentro do tempo, faz-se indispensável iniciar já agora a análise desses tempos, que há tão pouco passaram. POLITIKA publica hoje um estudo básico para a compreensão dos governos Castelo Branco e Costa e Silva. O professor Luis Carlos Bresser Pereira, seu autor, titular da cadeira de Teoria Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas, em seu livro **Desenvolvimento e Crise no Brasil**, estuda o processo político e econômico do país nos últimos anos. O capítulo sobre os governos Castelo Branco e Costa e Silva é a melhor síntese que já se escreveu no país sobre aquelas duas administrações. (A Editoria).*

Vejamos, em primeiro lugar, em linhas gerais, o enquadramento social dos homens que governaram o Brasil entre 1964 e 1967. Em primeiro lugar, e obviamente, tratava-se de um governo de militares. Não é preciso maior argumentação para demonstrar este fato. Ele é evidente. São os militares, particularmente os oficiais do Exército, o grupo com maior soma de poder hoje no Brasil. Mas não são apenas os militares. Ao seu lado, com uma soma de poder quase tão grande, especialmente na esfera econômica, temos os tecnocratas. Estes são quase todos economistas. Durante o governo Castelo Branco ocuparam todos os cargos econômicos-chaves do Brasil, com exceção da presidência do Banco do Brasil. No Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento, na presidência do Banco Central e na do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, tínhamos economistas, técnicos que deixaram suas posições de assessoria para tomar as rédeas do governo, tecnocratas portanto.

O governo Castelo Branco foi, portanto, um governo de militares e de tecnocratas e praticamente de mais nada. Nunca tivemos um governo no Brasil tão definido profissional e socialmente. Os demais grupos que, em outros países, ou em outras épocas no Brasil, costumavam participar do poder, estavam ausentes neste governo. Os políticos estavam ausentes. O governo foi feito com a subserviência quase total dos políticos. Mesmo os membros da extinta União Democrática Nacional, que poderiam parecer os maiores beneficiários da Revolução, eram mais instrumentos do que elementos ativos de controle do governo. Os sindicatos estão ausentes. Este fato é evidente, não exigindo comprovação. A velha aristocracia brasileira, o sistema econômico tradicional brasileiro baseado na agricultura, não foi beneficiado, do ponto de vista econômico, com a política governamental. A política cafeeira de 66, extremamente severa para com os cafeicultores, é uma prova do que afirmamos. Não se pode dizer, portanto, que esse tenha sido um governo representativo da velha aristocracia brasilei-

ra, sequer da agricultura. Finalmente, também estão ausentes os empresários (na acepção ampla do termo, não schumpeteriana) e particularmente os empresários industriais. São eles, juntamente com os operários industriais, os maiores prejudicados pela política governamental. Da elaboração desta não participaram de forma alguma. No máximo foram chamados em determinados momentos formais para aplaudir, receber instruções e prestar colaboração. Ao significado e às consequências deste fato voltaremos mais adiante.

O governo Castelo Branco, portanto, era um governo apenas e basicamente de militares e tecnocratas. Em outras palavras, era um governo de classe média. Mais especificamente, já que não existe apenas uma classe média, era um governo da classe média tradicional, já que tanto os tecnocratas como também, e especialmente, os oficiais do Exército pertencem em geral à classe média tradicional, à velha classe média, à classe média de profissionais liberais, dos funcionários públicos, padres e militares que já existiam antes da Revolução Industrial Brasileira. Era um governo em que os demais grupos, e particularmente a classe de empresários industriais e financeiros, estavam ausentes.

Como uma decorrência quase direta do enquadramento social na classe média tradicional, temos a posição ideológica (*lato sensu*) deste governo.

Filosoficamente, era um governo idealista. Idealista no sentido de acreditar mais nas idéias do que na realidade. Idealista porque negava a realidade ou pelo menos não conseguia captá-la. Idealista porque acreditava que seria preciso modificar antes as mentalidades e depois as estruturas, que, mais importante do que se criarem condições efetivas para a mudança social, era fundamental converter, persuadir. Este caráter idealista do governo Castelo Branco pode, aliás, ser ilustrado pela frase muito significativa de um de seus representantes. Conversando sobre a crise econômica do primeiro semestre de 65, disse-nos ele a um certo momento: **A situação econômica realmente está difícil,**

**mas há uma compensação. O mais importante agora é mudar a mentalidade dos industriais, é fazê-los preocuparem-se com custos, com aumento da produtividade. Acabou-se o tempo em que era só produzir para vender e ter muitos lucros. Agora, ou eles mudam sua mentalidade, e passam a concorrer efetivamente no mercado, ou não sobreviverão.** Esta é uma abordagem tipicamente idealista. Idealista no sentido filosófico. Idealista porque alienada da realidade. Mentalidade não se muda de um dia para outro, preocupação com custo não se cria nas horas de depressão econômica, quando o problema não é efetivamente reduzir custos, mas simplesmente reduzir a produção, despedir empregados e tentar sobreviver.

Outra faceta do idealismo filosófico do governo Castelo Branco estava na crença de que o desenvolvimento econômico pode ser feito basicamente através de leis. Poucos governos foram tão prolíficos em leis. E não há dúvida de que muitas delas eram boas, teoricamente bem feitas. É o caso das leis do inquilinato, da lei do CONCEX, das incorporações imobiliárias, da criação do Banco Central (embora não se possa falar realmente em uma reforma bancária), da reforma tributária. Podemos discordar delas em muitos aspectos, mas devemos reconhecer que são frutos do trabalho de técnicos inteligentes e capazes. Todo o problema, porém, está, no fundo, em pensar que tais leis resolverão a curto prazo os problemas do Brasil, que as modificações introduzidas na lei de remessas de lucros farão chover capitais estrangeiros sobre o país, que a lei sobre o mercado de capitais produzirá um súbito interesse do público em participar desse mercado e a poupar, que a lei do plano habitacional fará surgirem casas e mais casas por todo o país como por encanto... Ora, não há atitude mais idealista, mais desligada da realidade do que esta. Em grau de idealismo é sem dúvida comparável às teses de que é preciso primeiro educar para depois desenvolver, ou então, como já vimos, que a primeira tarefa a realizar é mudar as mentalidades. E esse idealismo é típico da classe média tradi-

cional, na medida em que ela, sendo constituída principalmente de profissionais liberais e funcionários públicos graduados, não está diretamente integrada no processo produtivo do país.

Se filosoficamente esse era um governo idealista, economicamente era um governo imobilista e antiindustrializante. Imobilista, não porque visasse à estagnação econômica do país, mas porque colocava o objetivo da estabilização monetária em primeiro lugar e estava disposto a sacrificar o desenvolvimento em favor do combate à inflação. Antiindustrializante, não no sentido de que procurasse estancar o desenvolvimento industrial brasileiro, mas porque, devido a um moralismo típico de classe média, olhava para os industriais, para os homens de negócios em geral, de forma desconfiada, encarava-os como eternos aproveitadores, dispostos sempre a auferir lucros máximos, especulativos, e que portanto é preciso sempre fiscalizá-los. Antiindustrializante, porque, no combate à inflação, não hesitou em vitimar, em primeiro lugar, a própria indústria, restringindo seu crédito muito mais, por exemplo, do que o da agricultura.

Por fim, politicamente, o governo Castelo Branco, no campo interno, era conservador, na medida em que visava a preservar o *status quo*; moralista, enquanto via na honestidade dos políticos a solução para os problemas do Brasil, e anticomunista com tal violência que chegava às raias da paranóia. No campo internacional, esse era um governo politicamente colonialista, na medida em que colocava o país sob o total domínio e dependência de uma potência estrangeira, da qual se tornava mais do que caudatário, um instrumento para a cobertura política das demais ações internacionais dessa potência. Colonialista porque acreditava que o desenvolvimento do Brasil só poderia ser realizado com auxílio do exterior, não havendo quaisquer condições para um desenvolvimento autônomo.



## Moralismo no combate à corrupção

O governo Castelo Branco foi, portanto, um governo de militares e tecnocratas, um governo da classe média tradicional, que exerceu uma política econômica imobilista e alienada da realidade. Foi um governo em que operários, camponeses, estudantes e empresários estavam ausentes.

Ora, um governo em que estejam ausentes todos esses grupos socio-econômicos não podia promover o desenvolvimento econômico e social do País. Falta-lhe o mínimo de representatividade necessária para isso. Todo o desenvolvimento econômico e social do Brasil a partir de 30 foi realizado na medida, especialmente, em que dois governantes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e dois partidos, PTB e PSD, através de uma complicada alquimia de compromissos e concessões mútuas, representavam no poder uma ampla gama de interesses e de grupos sociais, que iam desde os operários industriais até os empresários e mesmo a aristocracia. O único grupo socio-econômico que foi sempre totalmente colocado à margem do processo político brasileiro foram os camponeses.

Essa exclusão generalizada dos grupos mais representativos da sociedade brasileira e particularmente dos que estão mais diretamente inseridos no processo produtivo, como os operários e os empresários industriais, é um fato extremamente grave, é, sem dúvida, a causa por excelência, a causa mais geral, da crise brasileira atual.

A curto prazo, porém, faríamos ainda uma distinção. A ausência, a exclusão mais grave, dentro da sistemática do regime capitalista, é a dos empresários industriais.

De fato, na medida em que o Brasil continuar a se desenvolver economicamente em moldes capitalistas mistos, através da ação empresarial do Estado e dos industriais, como vinha acontecendo até há pouco, será preciso que caiba aos industriais, e também aos grandes comerciantes e banqueiros, uma parte importante, principal mesmo, embora de forma alguma exclusiva, no controle do governo. Só é possível desenvolver rapidamente um país em termos capitalistas se o Estado representar os interesses capitalistas. Só é possível prosseguir na industrialização se empresários industriais tiverem parte das rédeas do governo.

Ora, o governo Castelo Branco pretendia manter o capitalismo no Brasil, mas excluía os empresários industriais do governo. Era um contra-senso.

Caberia, porém, perguntar, por que esta exclusão dos empresários industriais e de um modo geral das classes produtoras do governo?

Responderemos a esta pergunta apenas em relação aos empresários industriais, que são os que nos interessam mais de perto. Da parte do governo Castelo Branco esta exclusão operou-se naturalmente. É bem provável que no fato não tenha

## Castelo Branco queria manter o capitalismo no Brasil, mas excluía dele os empresários industriais, isto porque a revolução era da classe média

havido qualquer caráter deliberado. Foram excluídos porque a Revolução foi uma revolução da classe média, liderada por militares da classe média, e encampada por tecnocratas da classe média. O que deveríamos perguntar é por que os industriais se deixaram excluir? E há duas respostas para isto.

Em primeiro lugar, porque sempre foram omissos e lhes faltou organização. Uma das características típicas dos industriais brasileiros foi sempre sua falta de participação e presença política, sua limitação às fronteiras estreitas de sua empresa e ao objetivo do lucro. Quando houve no Brasil um governo, como o do Sr. Juscelino Kubitschek, todo voltado para a indústria, esse governo representou os industriais quase que apesar deles. Não foram os industriais que levaram Kubitschek ao poder, não foram eles que lá o mantiveram. Muito pelo contrário, especialmente em São Paulo, quando se manifestavam politicamente, muitas vezes o faziam para se opor àquele presidente.

Aliás, esta última afirmação nos leva ao segundo motivo. Quando os industriais participaram politicamente, especialmente, nos últimos tempos, depois que sentiram que a industrialização já era um fato consumado e que a luta agricultura versus indústria já não tinha mais sentido, participaram de uma forma crescentemente conservadora. Não perceberam a importância da manutenção do diálogo com as esquerdas. Não viram como era fundamental para a manutenção do processo democrático e a estabilidade política do país que os operários continuassem organizando-se e reivindicando. Ao invés disso, deixaram-se envolver pelas forças mais conservadoras do país, tornaram-se instrumentos dela, abandonaram-se a um alarmismo infantil no ano que antecedeu à Revolução, mantiveram-se em uma total intransigência, incapazes de ceder em nada. Identificaram-se, assim, totalmente, com a Revolução de 64, que, em seguida, os ignorou, quando não se voltou contra eles.

A rigor este estudo deveria encerrar-se com a análise do governo Castelo Branco — momento em que a Crise Brasileira ganha todos os seus contornos e se define plenamente — e com um exame de perspectivas a longo prazo, que realizaremos a seguir.

Ainda é cedo para qualquer julgamento definitivo do governo Costa e Silva. Não há dúvida, porém de que ele, ao mesmo tempo em que mantinha uma boa parte dos aspectos negativos, agravadores da Crise Brasileira, do governo Castelo Branco, apresentava uma série de sinais de mudança de política, que nos permitem distinguí-lo claramente do governo anterior.

Devemos, inicialmente, distinguir dois períodos: os dois anos que antecederam o Ato Institucional no. 5 e o período posterior a esse ato. No primeiro período, observa-se, em primeiro lugar, que a unidade e aparente firmeza ideológica dos primeiros momentos, por parte dos militares, rompeu-se. Coube a eles a liderança do movimento. No instante em que se viram assumindo o poder, adotaram aquela atitude idealista típica de imaginar que poderiam transformar rapidamente o País.

Em contato com a realidade, porém, foram-se apercebendo pouco a pouco que esta era menos moldável do que esperavam, que a sociedade brasileira possuía uma estrutura, um caráter e um ritmo que lhes são próprios, os quais não podem ser mudados de uma hora para outra, através de algumas reformas superficiais e de um sistema policial de cassações indiscriminadas de direitos políticos e de supressão de liberdades. O resultado disto foi o desencantamento do grupo militar e a perda daquela precária unidade ideológica conseguida com a Revolução.

Em consequência disso, os dois pilares da ideologia idealista revolucionário-militar: o moralismo, traduzido no combate à corrupção, e o anticomunismo, expresso na luta contra a subversão, entraram em processo de diluição e amaciamento. Este fato se acentuou à medida que foi ficando claro que a sinceridade da cúpula governamental em relação ao combate à subversão e, especialmente, à corrupção estava longe de ser total. No episódio das cassações em especial, ficou em diversos casos claríssimo que, sob a cobertura do combate à subversão ou à corrupção, o que se objetivava realmente, era a segurança da permanência no poder do grupo governamental. E é claro que esta falta de sinceridade ideológica foi pouco a pouco contribuindo para desmoralizar a caça às feitiçarias que os militares da chamada linha dura realizavam em nome da ideologia revolucionária.

Este processo de desencantamento e perda de entusiasmo por parte dos militares, e de perda de unidade, diluição e amaciamento da ideologia revolucionário-militar resultaram, naturalmente, em perda relativa do poder por parte dos militares, na medida em que estes se dividiam, esmoreciam em sua atividade e se desorganizavam. Ganhavam assim, relativamente, poder os grupos civis, embora ainda permanecessem nos primeiros meses do governo Costa e Silva em uma posição tipicamente subordinada. Um sintoma dessa relativa recuperação do poder civil estava na crescente preocupação do governo Costa e Silva com a opinião pública, a qual fora inteiramente desprezada pelo governo anterior.

A modificação por que passou a Revolução de 1964 pode também ser confirmada através da análise superficial da personalidade dos dois Presidentes. Enquanto o presidente Castelo Branco era um homem frio, deliberado, aristocrático em seu desprezo pelo povo, o presidente Costa e Silva revelou-se um homem emotivo, apaixonado, comprometido com a vida. É claro que personalidades tão diferentes implicariam um estilo de governo muito diferente. Mais importante, porém, é lembrar que, enquanto o general Castelo Branco era um dos líderes intelectuais da Escola Superior de Guerra, o general Costa e Silva foi um representante típico do militar de caserna, tocado apenas superficialmente pelos modelos abstratos e alienados daquela escola.

Finalmente, com o fim do governo Castelo Branco, o quadro jurídico-institucional modificou-se. Os atos institucionais, com seus poderes discricionários, são substituídos pela nova Constituição, pela

## Brasil de Castelo e Costa e Silva

lei eleitoral e dos partidos políticos, e pela lei de segurança nacional. Estas, embora nem em suas origens nem em seu conteúdo fossem exemplos de democracia, e, a médio ou longo prazo, representassem um retrocesso político, a curto prazo, quando comparada com o regime ditatorial do governo Castelo Branco, representavam uma mudança e uma institucionalização que também nos permitem afirmar que a Revolução de 64 perdia vigor.

Provavelmente como uma reação a essa perda de vigor da Revolução de 1964, a essa diluição do poder militar, foi editado em dezembro de 1968 o Ato no. 5. Com essa medida, o governo assumia novamente todos os poderes. O processo de redemocratização do País era paralisado. Esta medida foi provavelmente tomada menos como uma resposta ao tímido aumento do poder civil, ao início de reorganização das esquerdas, à revolta estudantil que, deflagrada em todo o mundo, ocorria também no Brasil, e mais como uma tentativa do grupo militar dirigente de conservar o poder e reunir forças para realizar uma tarefa que não fora terminada.

Aqui, porém, está o grande problema da Revolução de 1964, ao qual o Ato no. 5 deu novo alento. Esta tarefa não estava definida. A Revolução partiu de uma ideologia essencialmente negativa — o combate à subversão e à corrupção. Havia também objetivos positivos teoricamente estabelecidos — particularmente a segurança nacional e o desenvolvimento econômico. O primeiro desses objetivos, porém, acabava por se definir também negativamente, em termos de combate à subversão. Um aspecto positivo, a afirmação de uma ideologia nacionalista, embora tenha feito alguns progressos no governo Costa e Silva, em relação ao governo Castelo Branco, cuja posição era claramente colonialista, não chegou a se definir. E o desenvolvimento econômico continuava a ser definido em termos muito genéricos. Já não se podia mais dizer, como fora lícito fazê-lo em relação ao governo anterior, que o desenvolvimento econômico fora subordinado à política de combate à inflação. Mas também não conseguia se transformar em um objetivo que reunisse todos os esforços da nação.

Nesses termos, e apesar dos inegáveis êxitos da política econômica do governo Costa e Silva continuava faltando ao País um verdadeiro projeto nacional, que fosse capaz de sensibilizar amplas parcelas da população.

Em um certo momento pareceu possível, dada a constituição do governo Costa e Silva, que esse projeto poderia eventualmente se definir em termos de uma bandeira nacionalista e voltada para o desenvolvimento, mas tal possibilidade não se confirmou. Nesses termos, no momento em que o Ato no. 5 era editado, o País entrava em um novo capítulo de sua crise política, sem que um projeto nacional abrisse perspectivas otimistas para o futuro. O diálogo democrático, interrompido em 1964, mas que, em seguida, pouco a pouco, ganhava alento, foi novamente eliminado.



**Brasil de  
Castelo e  
Costa e Silva**

## Houve, aí, o combate à inflação

Como resultado, teve início mais uma onda de radicalização, com os grupos mais extremados da direita e principalmente da esquerda partindo para a ilegalidade, em face da impossibilidade de agir através de canais institucionalizados. A crise brasileira mais uma vez ganhava todos os seus contornos.

Também no setor econômico houve modificações significativas. No plano preliminar da economia é feito um diagnóstico da realidade brasileira no qual está implícita uma severa crítica ao governo Castelo Branco. Seu resumo apresentado no próprio documento é o seguinte:

- a) pela redução dos níveis de salários médios reais;
- b) pela queda da renda disponível, resultante do aumento da carga tributária (sem o correspondente aumento de dispêndios públicos);
- c) pelo aumento autônomo dos preços de certos serviços, importantes na composição do dispêndio dos assalariados;
- d) pela queda da produção agrícola em 1966;
- e) pela redução no nível de investimentos privados.

"1 — Debilitamento do Setor Privado, resultante:

- 1) do agravamento do problema de liquidez;
- 2) da queda da demanda, verificada em grande número de setores.

A redução de liquidez, que dificultou a manutenção da produção a níveis próximos da plena capacidade, resultou, por sua vez:

- a) da expansão rápida de certos custos, especialmente financeiros (juros), de tarifas e preços de serviços públicos, ônus tributários e encargos sociais;
- b) do controle quantitativo do crédito;
- c) da elevação do custo médio de produção, ligada à queda de demanda em vários setores;
- d) da injeção maciça de papéis do governo no mercado de capitais, em condições extraordinariamente atraentes.

A queda da demanda, em grande número de setores, foi provocada:

Os setores foram atingidos em graus diversos pela insuficiência de procura ou de capital de giro: os setores mais dependentes da demanda governamental apresentaram melhores condições relativas de vendas e liquidez; os setores mais dependentes da procura privada, principalmente dos assalariados, enfrentaram sérios problemas conjunturais, agravando uma situação de longo prazo já bastante difícil.

**II Pressão Excessiva Exercida pelo Setor Público, sob várias formas.**

O impacto global sobre o sistema, decorrente do esforço realizado pelo governo anterior, no sentido de corrigir distorções na economia e preparar o setor público para grandes programas de investimentos, parece haver sido excessivo; se é

Partindo para solucionar uma das crises, a econômica, não pensou o governo em criar os novos quadros dirigentes. E os tecnocratas tomaram o poder.

verdade que declinou a participação da despesa orçamentária no produto, o reajustamento drástico das tarifas e dos preços de empresas públicas e a criação de novas contribuições (como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) transferiram, em prazo relativamente curto, do setor privado para o setor público, um volume de recursos que reduziu excessivamente a renda disponível dos consumidores e a liquidez das empresas."

Este quadro, cujas cores sombrias foram evidentemente agravadas pela política do governo anterior, resultou fundamentalmente em uma formulação da estratégia de combate à inflação, em termos muito inteligentes, que fazem honra ao novo grupo de técnicos que assumiu o controle econômico do País.

Basicamente, a inflação foi definida como sendo de custos e não de procura, nos termos em que vinha sendo atacada pelo governo Castelo Branco. Afirma o plano governamental, logo após o diagnóstico acima apresentado, que esse quadro explica a característica recente do processo inflacionário brasileiro, que, de uma fase de predominante expansão da demanda, com níveis elevados de utilização de capacidade produtiva, passou a uma fase de predominante expansão de custos, com níveis acentuados de capacidade ociosa. Nesta última fase, a inflação prosseguiu, apesar da retração da demanda, devido à influência da elevação autônoma de certos custos, da elevação da taxa de juro, do aumento do custo médio resultante de menores vendas e da ação das expectativas. O sr. Delfim Netto, ministro da Fazenda, e evidente inspirador principal dessa reformulação, já havia declarado anteriormente que a presente inflação brasileira dificilmente poderá ser compreendida nos esquemas teóricos da pura inflação de demanda ou pura inflação de custo. A experiência indica que essas duas formas de tensões têm surgido com a prevalência ora de uma, ora de outra. Na verdade, a pressão autônoma de custos esteve sempre presente no processo inflacionário, oculta, no entanto, pela magnitude dos efeitos derivados da demanda. Tais tensões continuaram a se agravar pela própria natureza de combate à inflação.

O acerto básico do diagnóstico é indiscutível. Sem dúvida, a análise poderia ter ido um pouco mais fundo. Os envolvimento políticos do governo, porém, naturalmente devem ter impedido esta análise. De um lado, por exemplo, fez-se sempre questão de afirmar que a modificação da estratégia de combate à inflação resultou de uma mudança da conjuntura econômica, não implicando crítica ao governo anterior. Ora, não há dúvida de que houve mudança da conjuntura, mas esta mudança já havia claramente ocorrido quando o general Castelo Branco e seu ministro do Planejamento assumiram o poder. Já vivíamos em regime de capacidade ociosa pelo menos a partir do início da Crise Brasileira, como vimos ainda neste capítulo. Por outro lado, na determinação dos custos que implicaram a inflação de custos, vimos no início deste capítulo, quando examinamos a inflação brasileira como uma das causas econômicas a médio

prazo da Crise Brasileira, que o fator mais importante era o lucro, ou seja, o custo do capital próprio. Ora, este custo foi esquecido na análise oficial.

De qualquer forma, porém, não há dúvida de que o governo Costa e Silva teve o grande mérito de, pela primeira vez, ter diagnosticado em termos oficiais a inflação brasileira como sendo de custos. E as medidas que passou a tomar são, sem dúvida, coerentes com esse diagnóstico. Boa parte das medidas econômicas do governo passaram a ter como objetivo estimular a procura, ao invés de coarctá-la como fizera o governo anterior.

Os resultados da política econômica iniciada pelo sr. Delfim Netto mostraram-se positivos. Definindo a inflação principalmente como sendo de custos e apenas secundariamente como de demanda, o governo não teve receio de tomar medidas, ainda que sempre limitadas, para estimular a procura. Nesses termos, a política salarial foi reformulada, procurando-se compensar as perdas que os assalariados haviam sofrido com a subestimação do resíduo inflacionário. A política de crédito revelou-se mais flexível. Os investimentos governamentais continuaram em nível elevado. O estímulo à procura permitiu que as empresas aumentassem sua produção e que os níveis de emprego fossem restabelecidos. Entrava, assim, a economia em um processo cumulativo de prosperidade, em que o aumento da procura estimulava a produção e esta, por sua vez, voltava a estimular a procura. Os lucros das empresas aumentavam, de forma que estas não tinham mais aquela necessidade de aumentar seus preços para cobrir seus custos.

O governo, por sua vez, coerente com sua definição da inflação, estreitava cada vez mais os controles administrativos sobre os preços industriais. Se a inflação é de custos isto é sinal de que os preços estão sendo estabelecidos em termos monopolísticos. Nestas circunstâncias, portanto, não tem sentido pretender combater a inflação com severas restrições à demanda. É preciso liberá-la, ao mesmo tempo em que um severo controle dos custos e preços industriais é estabelecido, com a adoção de técnicas modernas de verificação (e não o velho tabelamento de preços, que acabava sempre por ser burlado) das variações de custo ocorridas e dos aumentos de preço pretendidos, que serão ou não autorizados pelo poder público. Esta política foi adotada, através da criação do Conselho Interministerial de Preços, que controlava custos e preços das 350 maiores indústrias brasileiras, precisamente o setor oligopolista da economia. Além disso, o deficit do governo era contido dentro de estreitos limites, e o crédito bancário controlado, de forma que, ao mesmo tempo em que entrávamos em um período de relativa prosperidade, a inflação se reduzia para quase a metade da verificada em 1965 e 1966, girando em torno de 25% em 1967 e 1968, e caindo ainda mais em 1969.

Em relação à redução do deficit do governo e das emissões de papel-moeda, é preciso salientar que isto foi em parte possível graças ao saneamento financeiro ocorrido durante o governo Castelo Bran-

co. Já vimos que este governo teve um nítido sentido antidesenvolvimentista. Devemos, porém, admitir que o combate à inflação que realizou, ainda que equivocado, não distinguindo inflação de custos da de demanda, e exagerado, agravando a crise econômica e atrasando o desenvolvimento brasileiro, teve como mérito facilitar o trabalho do governo Costa e Silva em conter o deficit de caixa. Os principais fatores que permitiram esta contenção, porém, foram originados no próprio governo Costa e Silva. De um lado, houve novo aumento dos impostos, e, de outro, a prosperidade possibilitou maior arrecadação, de forma também a permitir a redução do deficit. Além disso, é preciso salientar que o deficit governamental, muito mais do que uma causa, é uma consequência da inflação. Na medida em que o governo conseguia reduzir a taxa inflacionária (de custos) através do estímulo à demanda e ao controle de preços, tornava-se mais fácil controlar o deficit de caixa e as emissões, evitando-se, assim, que a aspiral inflacionária ganhasse fôlego.

Outro aspecto positivo da conjuntura econômica do governo Costa e Silva, além da redução da taxa de inflação, era o aumento das exportações. Estas foram elevadas em 1967, atingiam um recorde de 1.890 milhões de dólares em 1968, e tudo indicava que em 1969 superariam a casa dos dois bilhões de dólares. Além da situação econômica internacional favorável, um fator que sem dúvida teve uma influência positiva sobre as exportações, principalmente as exportações de manufaturados, foi o estabelecimento pelo ministro da Fazenda de uma taxa cambial móvel. Este fato, além de limitar a especulação, deu uma segurança muito maior aos exportadores, que não ficavam arriscados a ver, de repente, que os produtos que exportavam haviam se tornado gravosos.

A taxa de crescimento da renda, que se mantivera em níveis extremamente elevados até 1961, começou a cair verticalmente a partir de 1962. O período de 1963 a 1965 foi de grave crise econômica. A renda per capita brasileira cresceu a taxas negativas nesses três anos. De um modo geral, o desempenho da economia brasileira, entre 1962 e 1967, é bastante favorável. Especialmente a partir de 1968, porém, entramos em uma fase de decidida recuperação econômica. Nesse ano, em 1969 e em 1970 a renda cresceu às elevadas taxas de 8,4%, 9% e 9,5%, respectivamente.

Durante o ano de 1971, apesar da recessão que ocorria nos Estados Unidos, a atividade econômica continuava firme no Brasil, o nível dos investimentos mantinha-se elevado, as exportações prometiam girar em torno de três milhões de dólares, as exportações de manufaturados apresentavam grande crescimento, o deficit de caixa do governo estava controlado, e os preços cresciam a uma taxa decrescente. A taxa de crescimento da renda era estimada em 11,3%.



## Só havia o apelo ao moralismo

As causas dessa recuperação econômica estão relacionadas a três fatores fundamentais. De um lado, temos a política econômica do governo, a partir de 1967. Essa política, realizada principalmente ao nível do Ministério da Fazenda, e, portanto, conjuntural, foi particularmente feliz no sentido de reequilibrar a economia brasileira, conciliando uma elevada taxa de desenvolvimento com uma inflação moderada. Aproveitando as medidas racionalizadoras positivas do governo anterior (1964-66), e não incorrendo nos mesmos erros, a política governamental logrou restabelecer o equilíbrio entre a procura e a oferta agregadas, diagnosticar e contornar a inflação de custos, desenvolver o mercado de capitais, estimular as exportações, dar tranqüilidade econômica à classe empresarial, e permitir que a capacidade ociosa represada na economia fosse em parte eliminada.

Além dessa causa de curto prazo, há, porém, duas outras mais profundas, que examinaremos no próximo capítulo. Uma diz respeito ao próprio dinamismo e potencialidade intrínseca da economia brasileira. A outra refere-se ao processo de modificação no perfil de distribuição de renda, que passa a ocorrer no Brasil dos anos sessenta. Na verdade, tudo indica que a crise econômica brasileira de meados dos anos sessenta (1962-67), que examinamos longamente neste capítulo, está superada. Também está superado o modelo de substituição de importações que se baseou o desenvolvimento industrial brasileiro entre 1930 e 1961. Entravamos agora em um novo modelo histórico de desenvolvimento, cujas características básicas examinaremos mais adiante.

### TAXA DE CRESCIMENTO DO PNB

1960	9,7%
1961	10,3%
1962	5,3%
1963	1,5%
1964	2,9%
1965	2,7%
1966	5,1%
1967	4,8%
1968	8,4%
1969	9,0%
1970	9,5%
1971	11,3%

**FONTE:** Dados revistos da Contabilidade Nacional Brasileira, apurados pela Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas. Ver *Conjuntura Econômica*, janeiro 1970 e janeiro 1971. Os dados de 1971 são estimativas do Ministério da Fazenda, realizadas em dezembro desse ano.

Entretanto, se do ponto de vista econômico, a crise estava superada, o mesmo não pode ser dito do ponto de vista político. Em fins de 1969, o país é abalado pela morte do presidente Costa e Silva. Sucede-o um outro militar, o general Garrastazu Medici, escolhido por um conse-

Depois de um longo período de crise econômica, o governo só se preparara para o combate à inflação e aos aumentos. Nada mais: surgiu a crise política.

lho de militares. O país continuava sob regime de exceção. A ditadura, os grupos mais radicais de esquerda, desorientados e sem perspectivas, respondiam com o terrorismo. E ao terrorismo, a polícia retrucava, muitas vezes, com a violência. Os escalões mais altos do governo faziam tentativas no sentido de eliminar esse fenômeno, mas não chegavam a aprofundar sua campanha, dadas as resistências das bases policiais. E o terrorismo, apesar de sucessivas derrotas, que revelavam sua fraqueza e sua falta de apoio na população, continuava relativamente ativo, embora cada vez mais enfraquecido.

Por outro lado, a juventude, os intelectuais, as lideranças políticas continuavam mudos. O diálogo democrático permanecia interrompido. A imprensa continuava sob censura. Os direitos individuais suspensos. Um Congresso inexpressivo continuava a funcionar, e eleições meramente formais eram realizadas. O domínio dos militares e tecnocratas continuava firmemente estabelecido no país.

Entretanto, também a crise política começava a passar por uma transformação, que talvez indicasse o caminho de sua superação. A crise política brasileira definia-se, basicamente, pelo caráter ditatorial e pela falta de representatividade do governo brasileiro. Ora, com a subida do presidente Medici ao poder, ajudado por uma conjuntura econômica favorável, o problema da representatividade começa a ser parcialmente resolvido, em termos de um certo grau de popularidade do governo.

O novo presidente, dotado de uma personalidade autoritária e segura, consegue aos poucos construir uma imagem favorável de seu governo junto às massas populares. A vitória do Brasil no campeonato mundial de futebol de 1970 ajuda o bastante. Mais importantes, porém, são dois fatores: de um lado, a débil educação democrática do povo brasileiro, e de outro, a tentativa do governo de formular um projeto nacional.

A falta de educação democrática do povo brasileiro fá-lo aceitar, com grande facilidade, os governos fortes. Este fenômeno não ocorre apenas ao nível das classes mais baixas. Estas, analfabetas, miseráveis e marginalizadas, não chegam a serem contadas no processo político. A classe operária e a baixa classe média urbana, porém, revelam também uma grande falta de espírito democrático. O problema está relacionado com as origens artificiais do liberalismo político brasileiro. A tradição liberal no Brasil, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos ou na Inglaterra, jamais envolveu a maioria da população. O liberalismo foi sempre uma ideologia importada.

Até 1930, enquanto dominou no país uma oligarquia agrário-comercial, o liberalismo econômico e político era a ideologia dessa classe, a qual, todavia, jamais a praticou no plano político. Adotava-o no plano econômico como uma forma de manutenção do status quo colonial no Brasil. O liberalismo econômico, o *laissez faire* impedia que o governo realizasse uma política intervencionista e protecionista, com o objetivo de industrializar o

país. Nesses termos, o liberalismo econômico transformava-se em uma arma poderosa para a oligarquia agrário-comercial manter no país um modelo de economia dependente, primário-exportador, no qual todos os benefícios ficavam reservados para essa mesma oligarquia e para o imperialismo dos países industrializados.

O liberalismo político entrava nesse esquema como um apêndice. O sistema político era efetivamente oligárquico, baseado no poder dos grandes latifundiários e do alto comércio exportador de produtos primários e importador de manufaturados. Havia lugar para o liberalismo econômico, não para o liberalismo político. Nesses termos, este sobrevivia artificialmente, cultuado nas Faculdades de Direito, em que dominavam a classe média e uma parte dos filhos da classe alta. Sobrevivia na medida em que era a ideologia dominante na Europa, e porque era coerente com o liberalismo econômico, completando-o. Não representava, todavia, nem os interesses nem as convicções profundas da nação como um todo, ou mesmo de alguns de seus setores sociais significativos.

As transformações econômicas, sociais e políticas por que passa o país a partir de 1930 — e que chamamos neste livro de Primeira Fase da Revolução Brasileira — não foram de molde a resolver esse problema. Sem dúvida, o caráter antinacional do liberalismo econômico é denunciado e seus defensores marginalizados do processo político e econômico do país. Este é um dos sentidos da Revolução de 1930, que é confirmado pela de 1964. Ambas as revoluções, porém, além de negarem o liberalismo econômico, negam também o liberalismo político. Não é surpreendente, portanto, a falta de educação democrática do país. Entre 1930 e 1964, particularmente, o liberalismo político, em conjugação com o liberalismo econômico, era defendido pelos grupos sociais e políticos que haviam dominado o país até 1930. O liberalismo político, portanto, era especialmente defendido pelas forças mais retrógradas da nação, que não hesitavam em negá-lo e apelar para as Forças Armadas, todas as vezes que viam seus interesses ariscados.

Certamente, havia também defensores do liberalismo político entre os grupos progressistas que emergiam no país nesse período. Foi isto, inclusive, que permitiu que tivéssemos um período de governo democrático entre 1945 e 1964. Mas esses grupos — a classe operária, os empresários industriais, os intelectuais, os estudantes, a nova classe média — estavam mais preocupados em definir uma ideologia nacionalista, industrializante e economicamente intervencionista, do que defender as liberdades democráticas. Os intelectuais de esquerda no Brasil, em especial, até 1964 pouco se preocupavam em formular e defender uma ideologia política liberal, em que a liberdade política fosse um valor essencial. Na verdade, a liberdade teve até hoje poucos defensores autênticos no Brasil.

Compreende-se, portanto, porque falta espírito democrático ao povo brasileiro, e

porque um governo forte pode ser popular.

Mas além deste elemento negativo — a falta de espírito democrático do povo — há um elemento positivo para explicar o fenômeno da popularidade do governo. Referimo-nos à tentativa de formulação de um projeto nacional para o país. Após 1964, o governo Castelo Branco foi marcado por dois lemas de caráter negativo: o combate à subversão e à corrupção. Este tipo de apelo conservador e moralista não podia, naturalmente, encontrar repercussão popular. Entretanto, depois da transição representada pelo governo Costa e Silva, durante o governo Medici, a ênfase da mensagem governamental perde seu caráter negativo e adquire um cada vez mais afirmativo. Um nacionalismo ainda impreciso e mal definido começa a surgir, com o apoio das bases militares, que eram tradicionalmente nacionalistas, mas que haviam visto negada essa tradição durante o governo Castelo Branco-Roberto Campos.

O novo nacionalismo brasileiro confunde-se ainda muito com patriotismo. Transparece na preocupação com a bandeira, com o hino nacional, com os programas de moral e civismo. Deixa-se entrever no novo desenvolvimento do governo, que agora procura subordinar tudo à construção de um país economicamente grande e poderoso. Expressa-se através da política externa do café e do café solúvel, da política de fretes marítimos e na política da pesca. Tem uma manifestação clara no projeto da rodovia Transamazônica, cujo principal objetivo é o de garantir a soberania nacional sobre aquela região. Além disso, a Transamazônica representa uma tentativa de mobilização do povo brasileiro, da mesma forma que Brasília e a construção da rodovia Belém-Brasília exerceram esse papel durante o governo de Kubitschek.

Uma ideologia nacionalista e um projeto nacional começam, portanto, a ser esboçados. Os militares brasileiro, nesse momento, começam a reencontrar sua vocação nacionalista. Esse nacionalismo porém, ainda não se definiu, na medida em que não tomou uma posição em relação ao capital estrangeiro, e à dependência econômica, política e cultural aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. Por enquanto, sob influência das lideranças tecnocráticas, o governo vem adotando uma atitude pragmática, sem radicalismos, que dificulta a formulação de uma ideologia efetivamente nacional. Na verdade, a estratégia do grupo tecnoburacrático no poder está baseada claramente em uma aliança entre o governo e o capitalismo nacional e internacional. Nessa aliança o governo não é mais elemento subordinado. Pelo contrário, é um elemento ativo, que procura, através dessa aliança, uma maior taxa de crescimento da renda no País.

**Brasil de  
Castelo e  
Costa e Silva**

Sebastião  
Nery

Petrônio Portela

# PETRÔNIO E O CAPITÃO DA GUARDA NACIONAL

Em 1937, chegava ao Piauí, monsenhor Cícero Portela Nunes. Ia como delegado de Plínio Salgado chefiar o Integralismo lá, e preparar-se para ser o interventor quando os *galinhas-verdes* tomassem o poder.

Deram-lhe a direção do Colégio Diocesano, o maior internato de Teresina. Monsenhor Cícero transformou o Colégio em um campo de concentração. A garotada tinha que marchar de camisa verde nas festas escolares. E levantar a mão aberta toda vez que se falava em Plínio Salgado.

Os meninos não estavam gostando da coisa e começaram a ridicularizar monsenhor Cícero. Era castigo e mais castigo. Monsenhor tinha um sobrinho no Colégio, que vivia fardado de integralista. Era dia e noite de camisa verde e calça parda. Nome: Petrônio Portela Nunes.

Veio maio de 38, os integralistas deram o golpe no Rio. O golpe gorou. Monsenhor Cícero foi chamado ao comando do Exército para depor. No Colégio a meninada começou a comemorar. E desenharam no quadro-negro um caixão enorme com o Monsenhor dentro. Quando ele voltou, estava uma fera. Queria saber quem foi. Ninguém disse. Pôs todo mundo de joelhos. Chega o sobrinho Petrônio e denuncia:

— Foi o Zé Rego.

E o jornalista José Fernandes Rego foi levado lá para cima, para o gabinete do monsenhor. Tomou doze bolos:

— Esses são por conta de meu enterro.

Depois, tomou mais doze:

— Esses daqui são por conta do Marx.

O menino Zé Rego voltou para o recreio de olhos inchados e as mãos sangrando. A garotada o rodeou. Ele estava desesperado:

— Uma dúzia não tem importância não, foi por causa do desenho do caixão. Depois eu dou uns tapas no Petrônio e desconto. Mas levei outra dúzia por causa de um tal de Marx, que eu não sei quem é. Esse eu arrebento.

2

Coronel Floro Bartolomeu, braço direito do Padre Cícero, lá no Crato Ceará, tinha um afilhado muito preguiçoso. E ele sempre dando conselhos:

— Menino, um homem dorme seis horas. A galinha, sete. O porco e outros bichos dormem de oito em diante.

Um dia, o filho do vizinho achou um pacote de dinheiro às cinco da manhã. Coronel Floro chamou o afilhado:

— Menino, você está vendo? O Zeca só achou o dinheiro porque saiu às cinco.

— É padrinho Floro, mas quem perdeu saiu às quatro.

3

O velho circo chegou a São José do Mipibu, no Rio Grande do Norte. Lona velha, cadeiras velhas, leão velho, palhaço velho. Mas fazia rir. E toda a cidade foi lá ver as últimas novidades de cinquenta surrados anos de mesma coisa.

Era o último suspiro do velho circo. Uma semana de espetáculos fechou a bilheteria, dobrou a velha lona, vendeu o velho leão e dispensou o velho palhaço, que ficou no bar de São José de Mipibu tomando cachaça e falando as passadas glórias do picadeiro. Alguém se meteu na conversa:

— Por que o senhor não vai para Natal e entra em outro circo?

— Ah! meu filho, na minha idade eu já perdi a *cômica*.

4

Em 1954, apareceu em Belo Horizonte, hospedado no Hotel Financial, um senhor elegante, cabelos grisalhos apurados em brilhantina, gastando os dias na mais doce ociosidade. Puxei conversa:

— Do Rio?

— Sim.

— O que é que há por lá?

— Um tal de Padilha, delegado arbitrário, não deixa ninguém em paz.

— Por quê?

— Porque eu sou jogador profissional.

— E aqui há muito jogo?

— Há sim, mas para mim não serve. O jogo em Minas é na base da sorte. E sorte eu não tenho.

5

O velho Andrade era capitão da Guarda Nacional e comandava como marechal o povo do distrito de Morro do Ferro.

Mineirão despenhado, dois metros de estatura, senhor de voz tonitroante, patriarcal e decidido, liderava fazendeiros e retireiros, dirimia questões familiares e sentenciava, inapelavelmente, em casos de desavenças.

Acima dele, só o deputado Djalma Pinheiro Chagas, na sede do município, em Oliveira, Minas Gerais. Certa vez o deputado recebeu duas comissões de moradores do Morro do Ferro, empunhando extensos abaixo-assinados. Metade dos garranchos exigia a transferência de certa professora pública, a outra metade solicitava a permanência da mesma funcionária escolar.

Pinheiro Chagas foi logo declarando:

— Não entro no mérito da questão. A lista que tiver a assinatura do capitão Andrade, meu representante, será aceita por mim e encaminhada ao governo.

Mas o capitão havia assinado duas vezes: a favor e contra. Pinheiro Chagas mandou chamar o capitão Andrade que se explicou:

— Deputado, tenho que estar sempre com o povo. O caso é fácil de ser resolvido. A professora é noiva crônica de um desempregado. Uns não gostam do tipo de namoro dela, outros admiram a eficiência da moça no grupo escolar.

Parou um segundo e aconselhou:

Há uma vaga de fiscal no distrito. Nomeie o rapaz e tudo acabará bem.

Assim foi feito. O noivo arranhou trabalho, a professora se casou, as duas correntes se congratularam na festa que o capitão Andrade ofereceu, como padrinho do civil e religioso, e voltou a unanimidade ao Morro do Ferro.



Feliz Ano Novo

POLITIKA

8

komunikação

Uma história sobre televisão, onde se conta como chegar aos postos de chefia, entregar os companheiros e utilizar-se de pressões para ser um "astro".

Serafim  
Ponte Grande



Chacrinha

# BONI AND CLARK OS ANOS 40 VOLTARAM



Chico Antsio

Há cinco anos, aproximadamente, a TV-Globo começou a subir de audiência com a queda da TV-Excelsior. Audiência em televisão, como dizem os doutos, é um troço cíclico. O que é cíclico? Bem, quer dizer, hoje é uma, amanhã outra, depois volta. E assim por diante.

Durante alguns anos quem mandou e deu as cartas foi a TV-Tupi. Estava sozinha. Surgiu a TV-Rio, mas esta, no princípio, não dava para saída. E, depois, a Continental não era estação de TV, mas apenas mais um patrimônio do sr. Berardo.

A Tupi deu o tom e criou uma *troupe* onde o sr. Mário Provenzano, comentarista esportivo que ficou célebre por dizer ao microfone *acabaram de ouvir um minuto de silêncio*, dava as cartas, jogava de mão e tinha sua *entourage*. Oh! Como foi difícil tirar o sr. Provenzano do canal 6! Como um tumor de fixação, ele teimava em resistir aos *conselhos* para dar o fora. Um dia saiu!

Em seguida, houve a reação da TV-Rio. Esta, sem favor algum, a mais simpática. Grandes programas, sucesso, ibopes. Chicos Anísios, musicais, jornais, etc e tal. Isso durou até o dia em que os Simonsen compraram o canal 2, que era da Mayrink Veiga (rádio e não rua) e levaram todo o cast da Rio. Quanto você ganha? Milhão? Tome dois! Assim.

Depois que morreu o velho Simonsen e que seus herdeiros, com Valinho à frente, acordavam depois das 4 horas da tarde, a Excelsior conheceu novos *donos*. Em São Paulo, duas figuras: Alberto Saade (aquele da falência fraudulenta dos cigarros *Sudan*) e Edson Leite, ex-locutor de futebol, homem de rádio e de andanças nem sempre bem explicadas e bastante conhecidas.



**Boni and Clark,  
os anos 40 voltaram**

Em televisão, o profissional tem que aprender a não saber nada. Se ele é consciente e tem opinião própria, seu fim será, quase sempre, a demissão.

## A televisão brasileira é uma verdadeira guerra, onde está presente a mais torpe arma: a pressão sexual

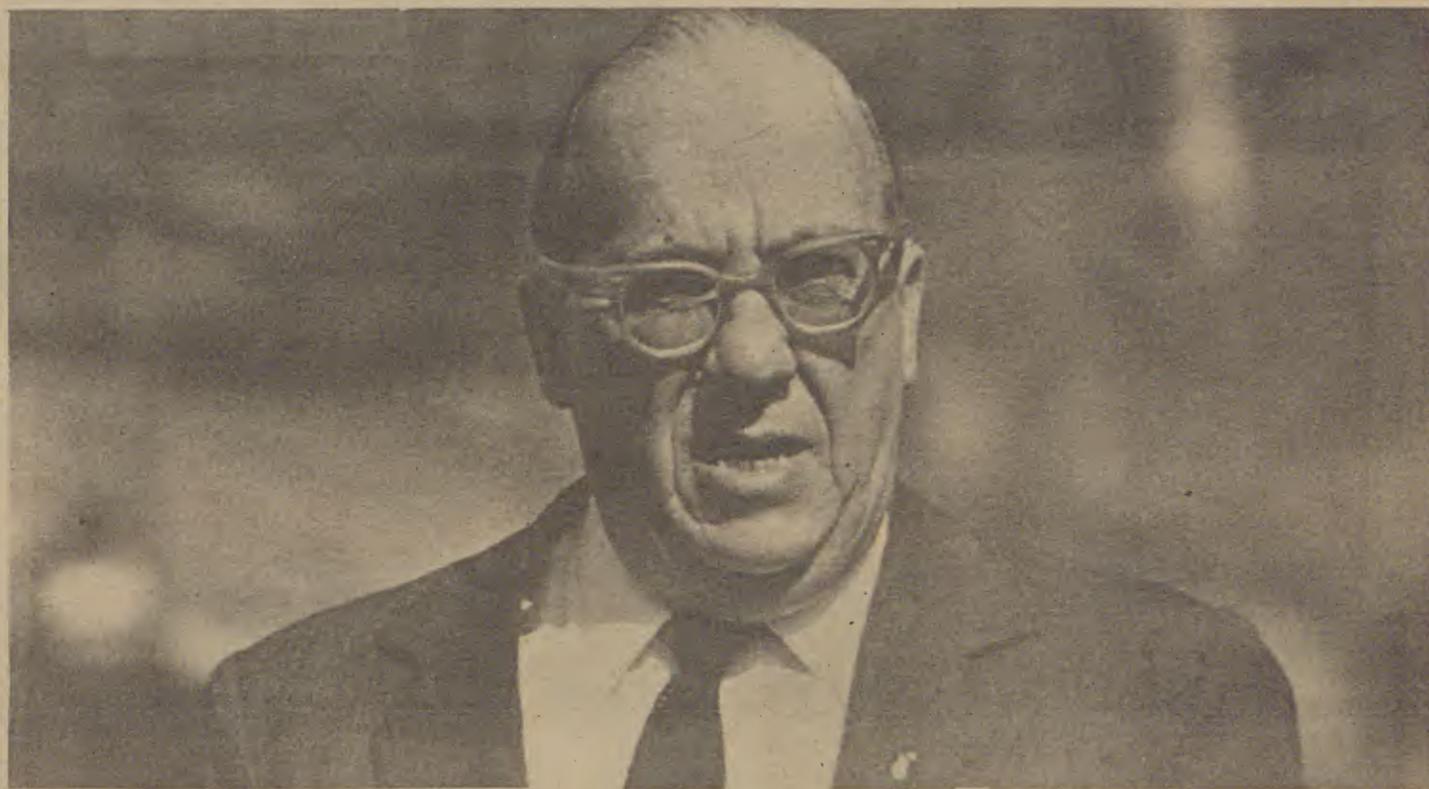
Na TV-Excelsior do Rio, o sr. Felipe Maluhy, também árabe como o sr. Saade. Dizem que a dupla árabe do Rio e de São Paulo confundia o patrimônio da Excelsior com o território do Estado de Israel. Uma guerra ao contrário. Ainda escudados pelo garoto Edson Leite, menino de muitos trambas na praça paulista, esperto e terrivelmente conquistador.

As complicações na Excelsior foram tamanhas que houve época em que não se sabia se o dono era o sr. Saade, o sr. Otávio Frias, das **Folhas**, o sr. Edson Leite, o sr. Maluhy ou o sr. Maurício Sirotsky, que veio com o minuano de Porto Alegre, onde montou praça com a TV-Gaúcha, que era do grupo e se desfez. Isso tudo para dizer que a TV-Globo começou a reagir quando a Excelsior não resistiu, de modo algum, aos **vales** e aos encontros de conta de compensação entre anunciantes e diretores, para adquirir tijolos, geladeiras, roupas, etc. que só Deus mesmo sabe e, às vezes, até Ele mesmo duvida.

Quando a Excelsior começou a pifar, a TV-Globo, que já conhecera três ou quatro diretores em poucos meses, levou para seus domínios o garoto travesso Valter Clark que iniciara a vida na TV-Rio e lá subira os postos, galgando escadas porque, no dizer dos entendidos, **ele vende bem**. E vendia mesmo.

Isso ocorreu por volta dos fins de 1966, aproximadamente ou nos primeiros meses de 1967, se é que nosso computador piloso não está nos enganando.

Nessa altura do panorama televisivo desta terra, a situação era mais ou menos esta: a TV Tupi estava lutando internamente, com problemas do condomínio associado que, pode ser comparado ao Partido Democrata nos Estados Unidos durante a campanha do senador George McGovern: **a cat's sac** ou um saco de gatos. A TV-Rio já estava mais morta do que viva e nem se sabia mais quem era o dono, se o sr. Batista do Amaral, que possuía um helicóptero para viajar de sua casa para a estação, ou o sr. Paulo Machado de Carvalho, que dava as cartas em São Paulo, mas que, no Rio, apenas blefava. E havia ainda a Con-



Paulo Machado de Carvalho

### A vitória é sempre do mau caráter

tinental ou não havia a Continental, porque se o sr. Rubem Berardo não conseguiu nem ser deputado federal e nem vice-governador da Guanabara, como conseguiria ser diretor de uma estação de TV? A Globo subiu.

Quando a Globo começou a crescer, o garoto Walter Clark lembrou de um velho **campesão**: o menino Boni, melhor, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, com que trabalhara na TV-Rio. E então foi formada a dupla **Boni and Clark**, que todos conhecem e reverenciam.

Formada a dupla, **Boni and Clark** passaram a selecionar a **troupe**. Primeira providência foi afastar os bons profissionais que por serem bons, têm lá suas opiniões. E em seguida formar uma equipe de meninos amestrados. Foi quando descobriram os gênios Daniel Filho, Augusto Cesar Vanucci e Renato

Pacote, Fora os fâmulos que por lá bordejam. A Globo estourou com duas ou três novelas. Culpada foi dona Glória Magadan, com suas teorias de capa e espada onde confundia o Filho do Sheik com os Três Mosqueteiros.

Liderando todos os horários, com o desaparecimento da Rio, a ausência da Tupi e a agonia da Excelsior, a TV-Globo passou a ser a **can-can** no terreno da televisão.

O mal é que a glória sobe à cabeça. E a dupla **Boni and Clark**, com seus meninos amestrados, não estava fora disso. Por isso que o sr. Boni, da dupla, passou a ser o homem terrível dos olhos de vidro e o sr. Clark se sentou no trono mais alto, para não ser perturbado.

Pessoas mais ou menos entendidas contam miséria da dupla, principalmente do sr. Boni que, na abastança, só tinha uma ordem quando um servidor ou mesmo artista saía um pouco fora da linha:

— Passe na caixa, apanhe seu dinheiro e vá embora.

O sr. Daniel Filho (ele aparece no filme do Ibrahim e se acha ótimo) cujo talento não passou da imitação de um boneco que ele fazia

com sua mulher, a ex-vedeta Dorninha Duval, diretor de elenco e de novelas, quando reformava contrato com seus antigos colegas, dizia:

— Só podemos dar isso. Se quiser, assine. Se não quiser, vá pra Tupi. Pode ir que não faz falta.

Pois tudo isso é explicado e dito como pré-consequência do estouro Chacrinha, que deu tantos índices à estação. Ocorreu com Chacrinha como poderia ter ocorrido com o sr. Silvio Santos.

Mais dias menos dias, o poder de mando do sr. Boni, da dupla **Boni and Clark**, teria que lhe subir à cabeça. E mais dia menos dia a estação daria início ao fenômeno da sua descida.

Não importa que o sr. Chacrinha (Abelardo Barbosa) tenha perdido alguns índices em confronto com sua antiga estação o que importa é que já foi iniciado o processo do descenso da líder absoluta de todos os horários.

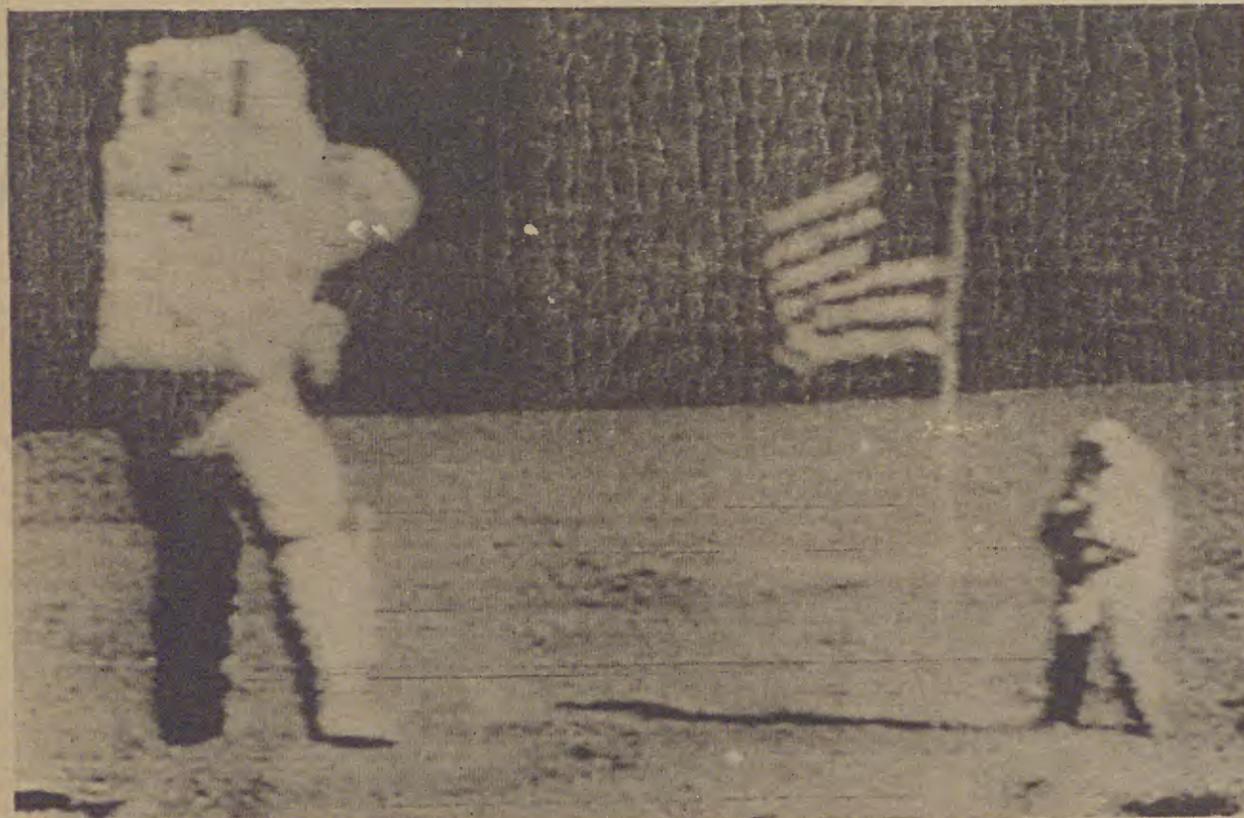
Como disse aos jornalistas o jornalista Paulo César: **A Globo é a Hollywood dos anos quarenta**. Pois vai começar a reação da **Cinecité!**

O tédio celestial é mais grave que o simples tédio terráqueo. As coisas da terra estão todas aderidas ao efêmero e vêm sempre envoltas no desgosto

**Gerardo Mello Mourão**

"OS ASTRONAUTAS CONVERSARAM COM SUAS ESPOSAS, E DEPOIS NÃO TIVERAM MAIS NADA PARA TIRÁ-LOS DO TÉDIO CELESTIAL" — DE UM TELEGRAMA DA UPI — 4.6.65 — HOUSTON, TEXAS. E. U. A.

# O TÉDIO CELESTIAL



Primeiro, não havia tédio. Porque os aparelhos permitiam que o astronauta subisse e baixasse com a velocidade do foguete. De modo que passava apenas alguns minutos além das nuvens, o suficiente para verificar, como Yuri Gagarin, que a terra é azul, ou como Titov, que não se encontra Deus por ali. Mas sempre insuficiente para dar-se conta daquele silêncio aterrador dos espaços infinitos, que o indivíduo Brás Pascal já conseguiu enxergar sem subir tão alto, com os

pés plantados em seu bom e sólido chão de França.

Talvez exatamente atrás daquele silêncio aterrador dos espaços infinitos é que esteja Deus, que nem Titov nem os rapazes mascadores de chicklet do Pentágono conseguiram ver. E tenho para mim que Titov ainda vai acabar vendo primeiro que os outros, quem sabe se ao dobrar uma esquina de Moscou. Nunca se sabe. Até porque, habitante paradoxal da eternidade e do tempo, a surpresa é

a rotina permanente de Deus. Nunca se sabe. O que se sabe — ou pelo menos se suspeita — é que um pouco antes da região pascaliana em que se funda o famoso silêncio aterrador dos espaços infinitos, há uma densa e depravada zona de tédio celestial.

Pois, desde que passaram a honrar-se mais tempo em suas viagens, começaram os astronautas a queixar-se do tédio celestial.

O tédio celestial é mais grave que o simples tédio terráqueo. As coisas da terra estão todas mais ou menos aderidas ao efêmero e vêm sempre envoltas no desgosto ou na esperança da breve duração. O tédio celestial, porém, situado no limite do país dos espaços infinitos, parece que abisma o astronauta numa horrível sensação de enjôo da eternidade.

E os centros de controle do Pentágono, que lhe vigiam de longe o pestanejar das pálpebras, a pressão sanguínea, as batidas do pulso e do coração, não permitem ao astronauta qualquer expediente para escapar ao tédio. Não pode ater-se nem entreter-se com outra coisa, senão com a tolerância da viagem através da infinita paisagem do tédio celestial.

O regulamento dos astronautas proíbe que levem qualquer objeto de distração.

"Tudo o que se pode fazer — como dizia Mac Divitt à sua mulher — é olhar através da janela de vidro".



## O tédio celestial

O astronauta, para se livrar do tédio, pediu que lhe dessem alguma coisa para se distrair. Negaram. Ele levou um livro. Foi sua perdição. Sua desgraça.



Gagarin

## Astronauta confinado em Alcatraz

Exatamente, segundo a observação de Alberto Cruz — como os velhos entediados que se postam à janela da casa, observando a rua. Com a diferença de que a rua, oferecendo o efêmero, fornece ao tédio os elementos de seu próprio perecimento, enquanto a janela do astronauta não lhe oferece senão o silêncio aterrador dos espaços infinitos, e o infinito lhe infecciona o tédio.

Na viagem seguinte, pediu que lhe dessem qualquer coisa que o defendesse contra o tédio celestial: um preventivo, um paliativo, um puzzle, um quebra-cabeças, ao menos um ioiô. Recusaram. Precisavam controlar suas reações cosmopáticas, livres de qualquer agente terapêutico.

Sabia que não agüentaria mais o peso do tédio celestial. Recorreu a um expediente. A cápsula em que o enfiavam para a viagem dispunha de uma pequena bolsa opaca, de plástico marron, na altura da articulação do joelho. Comprou um pequeno livro e o escondeu ali. Embarcou. Ou, antes, embarcaram-no. Pois o astronauta é sempre o complemento, nunca o sujeito dos verbos que se conjugam em sua viagem. Sua, não — porque o astronauta não é dono dela, não lhe possui nem o roteiro nem o sentido e em toda essa

história não faz mais do que ser colhido pelas lentes dos fotógrafos e pelo tédio celestial.

O certo é que, já no final do primeiro dia de viagem, quando passava ao lado da Cassiopéia ou da Cabeleira de Berenice, ao baixar-lhe o peso do tédio celestial, sorriu levemente, levou a mão à bolsa plástica e tirou o livro. Começou a ler.

De repente, toda a aparelhagem de comunicação sacudiu a cápsula com um alarme. Os implacáveis eletrógrafos do Pentágono marcavam o sismo anormal dos cardiogramas, dos fluxogramas, dos termogramas, dos cefalogramas dos neurogramas, dos pneumogramas — de tudo que vivia e se movia em seu corpo, e até do arrepio dos cabelos na pele, acusado e descrito na semaforica dos dermogramas minuciosos.

Perguntaram imperiosamente, que estava fazendo, em que se distraía de sua passiva missão. Nem respondia.

Os sábios confabularam. Chegaram à conclusão de que era tão profunda a distração do astronauta, que só uma coisa a podia haver provocado: a leitura.

Como era possível que tivesse levado um livro? Ao terror desta suposição, providenciou-se a ordem decisiva: — descer incontinenti.

Desceu. Ao contrário das vezes anteriores, em que o esperavam jornalistas e fotógrafos, desta vez não o aguardavam, além dos sábios, mais que a turma de policiais do Corpo de Pára-quedaistas que, como

se sabe, é de uma eficiência exemplar.

Os oficiais pára-quedaistas o puseram nu e o revistaram. Esvaziaram a cápsula, e um coronel minucioso descobriu, com um sorriso de triunfo e com a melhor expressão de repugnância e desprezo do Pentágono, o livro contrabandeado.

Parece que se tratava de um pequeno volume dos *Sonnets from the Portuguese*, de Elizabeth Barrett Browning, quem sabe das *Cartas de Amor de Soror Mariana Alcoforado*. Não se pôde ver exatamente, porque o Coronel queimou imediatamente a perigosa coisa, e o astronauta, recolhido incomunicável, dizem uns que à Ilha de Alcatraz, outros que à cela de aço inoxidável do Pentágono, nunca mais pôde ser visto por ninguém.

Reuniram-se, então, os sábios. Havia que prevenir futuros perigos. Depois de muitas discussões, foi proposto e afinal aprovado que, daí por diante, somente os analfabetos poderiam ser astronautas.

Assim se fez, e a navegação sideral passou a correr com tanta segurança, tanto êxito e tanto brilho, que em pouco tempo os astronautas eram os verdadeiros ídolos do povo. Tão grande era o prestígio que os cercava, que acabaram dominando o Pentágono, expulsando os sábios e assumindo o controle de todas as operações.

Aí surgiu um pequeno impasse: pois, como todos os analfabetos se haviam tornado astronautas, e todos os astronautas estavam ocupados na gerência do Pentágono, não

# POLITIKA

# 11

## fikção

## Os velhos curtem da janela

havia mais quem embarcasse nas cápsulas espaciais, a cuja boca as sábias aranhas começavam a tecer a eterna novidade das teias antiquíssimas.

Como nenhum homem livre se dispusessem a enfrentar a tortura do tédio celestial, ocorreu uma nova idéia: oferecer uma chance aos sentenciados à morte da Penitenciária Nacional, responsáveis por crimes tão abomináveis que não lhes acudisse a esperança de uma comutação da pena.

É verdade que, depois da primeira experiência, entre o tédio celestial e a morte, alguns preferiram a morte. Sempre aparece, porém, um novo delinqüente que, não acreditando muito no que lhe contam os outros, e não tendo a escala do tédio celestial, aceita qualquer saída para escapar de vez à cadeia elétrica, ou ao menos postergar a morte.

De vez em quando um desses escolhidos sobe ao espaço. Meu amigo Miguel Eyquem, habitualmente distraído a bordo de seu pequeno e anacrônico avião, que dizem haver pertencido a um de seus finados companheiros — Jean Mermoz ou Antoine de Saint-Exupéry — e que talvez seja a própria Libellula de Santos Dumont, recondicionada numa garagem de Rodelillos, em Viña del Mar, no Chile, anda um tanto apreensivo. Encontrou-se, outro dia, com um desses astronautas, à longa distância, é verdade, pois o navegante da cápsula andava já para as bandas do Boldrié de Orion. De qualquer forma, porém, em cima de nossas cabeças.

Comprovou Miguel Eyquem que todos os aparelhos de comunicação do Pentágono o chamavam de volta, desesperadamente, mas o astronauta, que insiste em não obedecer, tem na mão ou na bolsa de plástico marron um objeto qualquer, com que se defende do tédio celestial. E que não é um livro, pois todos os criminosos escolhidos, devem ser também analfabetos.

Um general competente

O general Wernon Walters, subdiretor da Agência Central de Inteligência, dos Estados Unidos — CIA —, ex-adido militar no Brasil, passou quatro dias por aqui, regressando domingo passado. Como seu trabalho é subterrâneo e tem por hobby conhecer metrô, visitou as obras e levou as plantas dos que aqui estão sendo construídos — Rio e São Paulo.

Homem do submundo, Walters ficou conhecendo os subterrâneos brasileiros. O que espanta é que sua viagem para satisfação de um hobby quase tenha coincidido com as revelações feitas por Adauto Alves dos Santos, que conhece outros subterrâneos. Isto significa que o general da CIA levou as plantas e os planos. Homem competente este Walters.



Unesco, a revisão tardia

Acreditem, a Unesco descobriu que a escola falhou no mundo moderno. E, a partir das mesmas idéias pregadas em 1968 no Quartier Latin, conseguiu, quatro anos depois, ver um pouco adiante. Admitiu que os agitadores de então eram menos agitadores que estudantes conscientes de seu papel na sociedade moderna e viu que suas reivindicações, partidas da calma, da ordem e da tranqüilidade até chegar a um status de guerrilha, tinham como norma global os mesmos males hoje diagnosticados.

**"Falência numérica.** A despeito de todos os programas de ajuda, de todos os planos de emergência, o número de crianças aumenta mais depressa do que o de escolares. Em valor absoluto, o analfabetismo progride.

**Falência econômica.** Na França, nos Estados Unidos, em todos os países ricos, a procura cresce mais depressa do que a oferta, os orçamentos se esgotam para atender às necessidades do ensino. Em alguns países do terceiro mundo, como Costa Rica, que lhe destina 35% de seus recursos públicos, a escola é um sorvedouro que impede todo verdadeiro progresso econômico.

**Falência moral, sobretudo.** Longe de facilitar a emancipação dos espíritos, a escola consolida os privilégios das classes dirigentes. Longe de ajudar a criança a se adaptar às exigências do mundo moderno, ela fabrica um novo tipo de rebotalho, o desempregado com diploma."

Assim, chega-se a uma conclusão: quando o pessoal de outras gerações, principalmente as menos recentes, resolver ouvir esses sujos e cabeludos su-

jeitos repugnantes, talvez as coisas sejam menos difíceis e menores os prejuízos no relacionamento entre as gerações.

Um professor chamado Oiticica

O *Jornal do Brasil* publicou matéria sobre Prudente de Moraes Neto, professor de jornalismo e, muito mais ainda, professor de talento, grandeza humana e honra, e lá pelo meio informou que o venerando Pedro Dantas foi aluno, no Pedro II, de um professor de nome Oiticica.

Mas o que é isso? Mais respeito. O professor José de Oiticica ensinou português e literatura a várias gerações. Foi um dos mais famosos e completos filólogos brasileiros. E, como se não lhe bastasse a briga em defesa da língua e da literatura nacional, foi a vida inteira um militante político da maior compostura e bravura, dirigindo seu jornal *O Anarquismo*.

Em 1935, preso por equívoco (ele não tinha nada com a conspiração), foi levado à presença de Filinto Müller:

— O senhor é comunista?

— Muito pior. Sou anarquista.

Não custa nada o *Jornal do Brasil* comprar para a redação a *Enciclopédia Delta Larousse*. Mestre Antônio Houaiss fez e uns conterrâneos do Alberto Dines a vendem com muita categoria. E a prestação.

As cucas espaciais em pane

Como Gerardo Mello Mourão conta em seu *Tédio Celestial nas páginas 10 e 11*, a parada no cosmos não é normal. Se alguém tem dúvida, veja a que ficaram reduzidos os três primeiros homens a pisar na lua:

Armstrong: optou pela vida religiosa e faz prega-

ções, nos grandes centros norte-americanos, segurando numa das mãos uma bíblia e na outra uma réplica do foguete. Aldrin, sério e sisudo professor universitário, tornou-se infenso às entrevistas, agredindo a todos aqueles que perto dele chegam. Collins deixou crescer uma enorme barba que lhe cobre todo o rosto e se veste com roupas hippies e tem como único interesse em sua vida as experiências no campo da parapsicologia.

É por essas e por outras que o pessoal da Nasa resolveu que a viagem da *Apollo 17* seria a última até o ano 2000. Com estas reações, seria criada uma nova geração de cucas fundidas.

Isenção para as chanchadas

O governo da Guanabara isentou de impostos, por dez anos, as indústrias cinematográficas. A medida seria ótima se houvesse algum critério de aplicação. Com o benefício, puro e simples, só estaremos inflacionando o mercado com filmes mais ou menos assim: *Matou a mãe e morreu rindo, Amantes tarados, As lésbicas, As Gamas do Manguê, As perdidias.*

O ferro é deles

De vez em quando surgem especulações na imprensa em torno da usina siderúrgica a ser instalada nas imediações da serra dos Carajás, no Pará, para aproveitar industrialmente o ferro a ser dali extraído futuramente. Assim começa o *Informe JB* uma explicação meio sobre o marota em relação ao projeto dessa usina.

No corpo da matéria, insinua que o projeto é brasileiro. Não é: pertence à Bethlehem Steel. Deixa perceber que o dinheiro é brasileiro. Não é: vem da Bethlehem Steel. O que ocorre é que, como qualquer projeto para instalação de usinas no Brasil, ele precisa ser aprovado pelas autoridades brasileiras. Que certamente o farão.

Um jornal competente

Apesar de toda a sua competência, ou por causa dela, o general Wernon Walters não quis conversa com a imprensa. Nem entrevista coletiva, nem exclusiva. Até *O Globo* foi discriminado. Só o *Jornal do Brasil* teve longo bate-papo com ele, na residência carioca do embaixador Rountree, onde se hospedou.

Difícil de informar se a entrevista será ou não publicada. Se for, teremos, em menos de dois meses, dois furos sensacionais do *JB*. Pois consta na avenida Rio Branco, 110 e adjacências, que a matéria será feita pelo repórter especial Carlos Alcindo Adauto Alves dos Santos. Um profissional competente, de um jornal muito mais competente ainda.

Infidelidade eleitoral

Dona Sezica Becon, destemida mulher oriunda de tradicional família maragats (partidários do Partido Libertador), flagrou em adultério seu marido, Gumercindo Saraiva, descendente do caudilho uruguaio do mesmo nome, que em 1893 lutou ao lado dos federalistas. Mulher de brios, não disse nada. Aguardou a primeira oportunidade para pagar a infidelidade com outra infidelidade. Conspicua senhora da sociedade de Santiago do Boqueirão e temente a Deus, dona Sezica achou que valeria a pena esperar. O marido era prefeito da cidade e tinha seus rabos.

As eleições de 15 de novembro passado foram o pretexto para a vingança. Dona Sezica aliou-se ao candidato adversário e derrotou o candidato do marido. Mas a coisa não ficou só na surra eleitoral. Indignado, o marido traído nas urnas pediu desquite e responsabilizou a sublegenda da Arena pela infidelidade conjugal.

GLAM, a arte revisada

Marília Pinto de Almeida. Anotem esse nome: em pouco tempo, muito se vai ouvir falar dele. É o nome de uma professorinha, tímida e cheia de idéias, que partiu da necessidade de ensinar música e chegou ao caminho da liberdade integral, da liberdade artística, da liberdade de criatividade. E conseguiu isso, acreditem, sozinha, contando exclusivamente com a vontade, que nunca faltou, de acertar e de fazer as coisas melhores para um grupo de crianças que podem se realizar através de seu trabalho.

No Clube Piraquê, ali na Lagoa Rodrigo de Freitas, Marília montou a sua tenda. Criou o GLAM — Grupo Livre de Atividades Musicais —, com o qual começou a criar. Um grupo de crianças, em princípio sem nenhum conhecimento musical, chegou até lá. Olhou, viu, gostou. E se iniciou um trabalho Metódico e sistemático. Estava sendo criada uma geração de pessoas que serão capazes de distinguir os gêneros musicais. Provavelmente, a longo prazo, conseguirão não suportar Chacrinhas e Flávios Cavalcantis.

Colecionando um monte de diplomas de cursos de aperfeiçoamento — que seria uma parada enumerar aqui — Marília vai fazendo sua ondinha, devagar e sempre, preocupada em mostrar aos meninos — de preferência crianças até dez anos — o que fazer com uma flauta doce — instrumento livre que ela redescobriu em termos de ensinamento —, mesmo porque acredita que nada poderá ser feito sem se levar em consideração a plena liberdade de criação, quer artística, quer individual, quer psicológica.

Então vejam: se vocês tem filhos até dez anos e os querem livres, conscientes e com medianos conhecimentos de arte — música, dramatização, artesanato e uma pá de outras coisas —, procurem a Marília lá no Piraquê. Vocês vão se encontrar com duas coisas: o GLAM é realmente um negócio sensacional, em termos de arte revisada, e a liberdade que lá se desfruta é uma das coisas que mais saudade deixa do peito dos mais velhos, acostumados à tranqüila liberdade democrática brasileira.





**Editorial - 1**

"O que temos em comum, na América Latina, é o negativo. O que nos assemelha é a miséria, a opressão política, a falta de liberdade, a fome, o subdesenvolvimento. No mais, diferentes. O que liga e aproxima a literatura dos vários países da América Latina é a temática de miséria, opressão e luta dos nossos povos. No resto, escritores muito diferentes uns dos outros. Sobretudo nós brasileiros, que, para começar, somos honrados mestiços resultantes da miséria de latinos, africanos, indígenas, eslavos alemães, húngaros, japoneses e etc. e tal". (Jorge Amado, poeta da liberdade e de todos os povos latino-americanos.)

**Surpresa, por quê ?**

Entre as muitas virtudes de que carecem os senhores parlamentares da Arena conta-se a do realismo político. Tivessem s. exas. os pés na terra e não estariam, agora, manifestando espanto e inquietação diante do ato presidencial que atingiu um deputado estadual do Pará. Não descortinamos realmente o menor motivo para a surpresa que no momento domina os senhores congressistas do partido oficial.

Que fez, afinal, o sr. presidente da República? Casou um mandato parlamentar, suspendendo por dez anos os direitos políticos daquele que o exercia. Estamos, portanto, perante uma decisão que se insere perfeitamente na lógica do regime e que não fere a legalidade *sui generis* por ele criada. O presidente Garrastazu Medici limitou-se a fazer uso dos poderes que lhe confere o Ato Institucional no. 5, poderes a que, conforme declarou recentemente, ao inaugurar o novo edifício do Ministério da Justiça em Brasília, não tem a menor intenção de renunciar. Não se pode, assim, negar coerência ao

chefe do Executivo Federal.

Incoerente, sim, é o comportamento dos parlamentares da maioria. De um lado justificam o Ato no. 5 e defendem a sua permanência, de outro exprimem dolorosamente a sua estranheza, nos corredores do Congresso, quando o sr. presidente da República usa os poderes excepcionais que o mesmo Ato no. 5 lhe outorga. A contradição é deveras chocante. O coro de dolorosas lamentações assumiu tal volume que se diria ser uma novidade absoluta a descoberta de que os poderes de exceção constituem uma ameaça permanente que pode alcançar qualquer parlamentar, qualquer juiz, ou qualquer obscuro cidadão, cuja conduta se afigure merecedora de punição ao sr. presidente da República.

Mais de uma vez temos sido criticados por aqueles que ora fazem ouvir seus queixumes, quando tentamos chamá-los à realidade, lembrando que o Legislativo foi reduzido à condição de poder caricatural. Fiéis à política do avestruz, os senhores deputados e senadores da Arena entregam-se com prazer àquilo a que poderíamos chamar o "jo-

go da democracia", simulando acreditar na importância de um papel que desempenham com solenidade, esquecidos de que as próprias regras da função parlamentar, nos seus moldes atuais, a transformam num *divertissement* politicamente irrelevante."

(Editorial de O Estado de São Paulo)

**Editorial - 2**

"A censura, qualquer que seja ela, é um crime contra a cultura, limita, deforma, anula o trabalho dos artistas, escritores, jornalistas. Sou contra a censura aqui, no Brasil, e em qualquer parte do mundo". (Jorge Amado, poeta da liberdade e das coisas da Bahia).

**Flávio inovou o Direito**

Os criminalistas Laércio Pelegrino e Gentil da Silva Júnior foram contratados por Flávio Cavalcanti para defenderem o detetive Nelson Duarte, ex-garoto propaganda do programa de TV comandado por seo Frávio. Como patrão e amigo, ao assinar a procuração, Flávio disse que

se responsabilizava pelo pagamento dos honorários da dupla de advogados custasse o que custasse. Por um bom amigo se faz tudo, principalmente quando ele tem um livro de ouro.

Seo Frávio, ao contratar a defesa do amigo, criou uma figura nova no Direito: a auto-defesa indireta. Como o Direito não é estático, pelo menos nisso ele inovou. Vamos ver se cria jurisprudência.

**Editorial - 3**

"A anistia, medida de aplicação rara e de natureza eminentemente política, aconselhada por intuítos de confraternização e só permitida quando as instituições estão sólidas e a ordem firme, não tem que indagar da criminalidade ou não-criminalidade dos atos a que vai favorecer, e muito menos, portanto, da legalidade ou ilegalidade das medidas repressivas empregadas contra esses atos.

"A anistia não é perdão; ela não tem que investigar a existência ou não-existência de delitos, a responsabilidade ou não-responsabilidade de autores e cúmplices, a correção ou não-correção dos atos do poder que pune ou que reprime.

"É nisto justamente que consiste a excepcionalidade da medida; ela esquece, em favor

dos cidadãos, atos julgados ou não pelos tribunais judiciais; ela esquece em favor dos presos e desterrados políticos os atos porventura por eles praticados, sem que por isso fique preterido o direito que tem o tribunal político de indagar se foram ou não constitucionais as medidas aplicadas pelo poder público contra esses atos".

(Epiácio Pessoa - Discurso na sessão de 27 de junho de 1892, em Discursos Parlamentares, página 162, Volume I, Edição do Instituto Nacional do Livro).

**Editorial - 4**

"Estamos certos de que a nação caminha para a construção de uma sociedade aberta, o que importa dizer uma sociedade em que os cidadãos se hierarquizem, não segundo privilégios injustos, mas segundo suas capacidades e qualificações.

Sua população predominantemente jovem, de ídole ordeira, trabalhadora, inteligente, tolerante, compreensiva possui as condições que permitirão construir uma sociedade politicamente estável e livre, inspirada no ideal da justiça."

(Brigadeiro Hamlet Azambuja Estrela, comandante da Escola de Comando do Estado-Maior da Aeronáutica, durante a solenidade de formatura da ECEMAR, diante do presidente Garrastazu Medici.)

**O círculo fechado**

redondo é o seio  
redondo é o fruto  
redondo é o círculo  
do tempo indevoluto  
redondo o grão  
a semente o feto  
redondo o não  
à idéia natimorta:  
o veto  
redonda a gota  
a lágrima da aurora  
redonda a boca  
quando beija mama  
chora.  
redonda a lente  
a pupila a retina  
e a cantiga de roda  
da menina  
redondo o farol  
a chama do pavio  
o casco do animal  
e de navio  
redondo o tronco

o nó o ninho  
e a ferida na asa  
do passarinho.  
redondo o megaton  
da bomba o cogumelo a tara  
o obus o canhão o botão  
que dispara  
redondo a asteróide  
no abrasivo do atrito  
redonda a boca do medo:  
o grito.  
redondo o gesto do abraço  
envolvendo o corpo  
e o som que vai chegando  
lento lento ao porto  
redonda a explosão  
a tela do radar em lide  
redonda a mão que o rosto  
agride.  
redonda a conta do rosário  
que pende na mão estática  
redonda a ponta-silêncio  
da caneta esferográfica

redondo o ventre habitado  
redonda a contração espessa  
e o nascimento igual:  
uma cabeça.  
redonda a mão do carinho  
que toca na face amada  
redonda a face da ausência  
do nada.  
redonda a algema fechada  
o giro certo da chave  
redondo o alarma da sereia  
e a marca livre de pé  
na areia.  
redonda a mesa do encontro  
a voz que vocifera espuma  
para a desisção internacional  
nenhuma.  
redondas as farpas do arame  
no campo de concentração  
redondo o avanço faminto  
de pão.  
redondo o tacão da bota  
e a meia-volta-volver

o fuzilamento do bravo  
ao amanhecer.  
redondo o sinal telex  
que dá a volta na terra  
para a manchete brutal:  
a guerra.  
redondo o novelo de lã  
faz a touca tece o barrete  
redondo o molde de aço no homem:  
o capacte.

redondo o átomo contido  
redondo o vôo orbital  
passeio cósmico do homem  
em seu cordão umbilical.

redonda a ilha perdida  
terra onde enfim morrer  
traçando reto do centro  
- corpo parado -  
um raio no círculo fechado.

(WALTER MARIANI)



Dário Macedo, correspondente de POLITIKA em Fortaleza, presidente do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, ex-chefe da Casa Civil do Estado, diplomado em jornalismo pela Universidade de San Juan de Porto Rico, colunista da *Tribuna do Ceará*, editor de um programa diário na TV Verdes Mares, começa hoje aqui uma série de crônica sobre a política e os políticos do Ceará.

Como previu o Capiba, são os do norte que vêm. (A Editoria).

Dário  
Macedo

# O MINEIRO ACRÍSIO

*Mineirismo é palavra com livre trânsito no dicionário do político brasileiro. Para muitos é uma escola. Para outros, uma religião. Quando um mineiro fala diz geralmente tudo, não dizendo nada. Ser mineiro é falar por metáforas, mesmo em momentos em que se espera ouvir coisas claras. (Minas está onde sempre esteve e deste caminho não se afastará — Magalhães Pinto, fevereiro de 1964). É esquecer certos princípios de lealdade, para não ficar mal situado. (Como recebi a cassação de Juscelino? Pelo telex, meu filho. Pelo telex. — José Maria Alkmin). É ser imediatista, fisiológico. (A adversário não se pede nem demissão ou O melhor governo é sempre o próximo — Benedito Valadares). Mas ser mineiro — e não radicalizemos — é também ser puro e dono de mágicas fórmulas para salvar situações consideradas difíceis. É usar do bom senso como o saudoso Milton Campos que, aconselhado a enviar tropas policiais, quando governador de Minas, para debelar uma greve de funcionários públicos interrogou com ar sacerdotal: Não seria melhor enviar o trem pagador?*

*Escola, arte, invencionice de brasileiro, seja o que for, a verdade é que o mineirismo fez seguidores. E o cearense soube assimilar muitos dos seus conhecimentos. E para, não ficar de baixo, acha que na lei da capoeira ele também é mestre laureado.*

*Acrísio Moreira da Rocha nasceu em Fortaleza aos 25 de setembro de 1907. Desempenhou, sucessivamente, as funções de Interventor Federal do Ceará (1946), secretário da Fazenda (1947) e Prefeito de Fortaleza, em dois períodos administrativos (1947 — 1951 e 1955 — 1959). É formado em Odontologia, mas nunca arrancou um dente.*

1. Certa vez, ao enviar a prestação de suas contas à Câmara Municipal, foi um Deus nos acuda. Discursos se fizeram ouvir. Protestos e mais protestos. Vereadores interrogavam:

— E onde estão os documentos comprobatórios?

Avisado, o prefeito adotou providências bem ao seu estilo. Ele, que sempre gostou de não deixar nada sem resposta, acabou rapidamente a festa da oposição. Chamou um auxiliar de confiança, recrutou homens e três caminhões e numa folha de papel higiênico relacionou tudo, acrescentando um recado aos vereadores:

— Divirtam-se!

2. Conhece Fortaleza melhor do que ninguém. E essa sua visão da cidade não é apenas de seus problemas, mas chega a assegurar: Conheço a sua população e os intestinos dos seus habitantes. Muitas vezes ouviu choro, lágrimas e atendeu a homens e mulheres desfilando sua miséria. Quando podia ajudar, ajudava. Quando não, dava pelo menos uma boa palavra. Estava um dia em seu gabinete e um

cidadão aproximou-se pedindo-lhe um caminhão:

— "Vou anotar. O segundo será seu. Pois, quando eu puder comprar um caminhão, é lógico que o primeiro será meu, pois estou doído por um na minha fazenda."

3. De outra vez, uma mulher que lhe pedia uma máquina de costura. Chamou o secretário:

— Toma nota aí do pedido e do nome dela. Quando a prefeitura estiver distribuindo máquina de costura, a primeira será da senhora. Não vai precisar nem pistolão. Ninguém passará na frente. Nem mesmo deputado. Pediu em primeiro lugar! Então será para dona Maria da Silva Papoqueira.

4. Ao assumir a prefeitura, declarou:

— As portas do meu gabinete permanecerão sempre abertas.

Cumpriu a palavra. Só que não comparecia nunca à sede da municipalidade. Um dos seus secretários teve que levar em casa nada menos de duzentos processos, que se encontravam acumulados, para o despacho. Olhou abismado aquele mar de papel e com santa inocência interrogou:

— Que diabo é isso?

— São os processos para o senhor assinar, senhor prefeito.

— Ora, não me venha com confusão. Deixe de bobagem. Mande fazer um carimbo e assinie por mim.

5. Na juventude foi um craque disputadíssimo pelos times de futebol. Jogou pelo Maguary e pelo time do Colégio Militar. Chegou a titular da seleção cearense. Anos depois, aban-



Acrísio Moreira da Rocha

donou o futebol por um bom jogo de baralho. Impiedosa, a oposição o acusava de jogador profissional. Num programa de televisão, o repórter perguntou, à queima roupa:

— Senhor prefeito, o senhor é um jogador profissional?

— Não, meu filho. Não! Sempre fui amador. No meu tempo como você sabe, não existia profissionalismo.

6. Pecuarista e agricultor, declara que a atividade agrícola no Ceará sempre será deficitária. E explica a sua teoria:

— O solo do Ceará só tem pedras. No dia em que pedra der dinheiro, seremos ricos. Mas por enquanto, não dá.

7. Político, nunca pertenceu a partidos. E se justifica:

— Nunca pertenci a partidos porque desde a minha juventude verifiquei que os partidos que existiam à época, e os que vieram depois, mais pareciam organizações do tipo gangster. É certo que eu tinha que conseguir legenda. Mas explicava aos eleitores que era apenas para cumprir uma formalidade. Nunca fui de UDN, PSD, PTB, PSD, PR, PSP, de nada. E o povo me queria assim. Hoje, aliás, a massa continua do mesmo jeito. Só quer saber de Loteria Esportiva e de futebol. Eu acho até que se a cúpula pensou em afastar o povo da política, acertou. Tanto é que hoje só existem dois partidos: o do SIM e o do Sim senhor. Aliás, tudo vai bem. O Brasil vai indo. São muito bons os decretos. O negócio é saber se vão ser executados. Aqueles decretos do Rui Barbosa também eram maravilhosos.

8. Quando o governador César Cals lançou sua idéia de transformar o Ceará numa floresta de cajueiros, o dr. Acrísio aplaudiu porque achava que plantar cajueiros é a única solução para o Estado. Mas fez um comentário:

Eu passei outro dia pelo interior e me aproximei de um velho amigo que me dizia que estava preparando o terreno para plantar 2 milhões de pés de cajueiro. Perguntei: E vão fazer ao lado, outra criação? Ele não entendeu e me respondeu que ali não dava para criar gado. Eu, então, disse: Não me refiro à criação de gado. Estou falando de criação de gente, pois para tanto caju assim só se fizer uma criação de gente. E também uma fábrica de espinhaço.

9. Fazendeiro, nunca percorreu a extensão de suas terras, pois dirige a sua propriedade através de um mapa. E afirma que sempre tudo dá certo. Quando lhe perguntei se era também pelo mapa que ele tomava conhecimento das cabeças de gado que morriam, olhou-me sério!

— Ora, quando isso ocorre eu tomo conhecimento por meio dos urubus.

Danúbio  
Rodrigues

Millor Fernandes

Garcia  
Márquez,  
via Record

O editor Alfredo Machado tomou coragem, respirou fundo e vai pagar os cinco mil dólares para que os brasileiros possam ler a tradução do mais recente livro de Gabriel García Márquez - *La Increíble y Triste Historia de la Cándida Eréndira y de su Abuela Desalmada*. Muito colunista famoso de jornal diário garantira há tempos que a Sabiá havia acertado tudo; mas Rubem Braga cismou, argumentou e não quis. Isso não quer dizer, no entanto, que ele não volte a se interessar por livros futuros do autor de *Cem Anos de Solidão*. Claro que sim. Mas por enquanto nada: achou a exigência dos muitos dólares absurda e preferiu bater papo com os amigos a discutir com a Sra. Cármen Balcells. Tenho uma sugestão a fazer a Alfredo Machado - a de que a tradução de Remy Gorga Filho, já pronta há certo tempo, traga as sete histórias em ordem cronológica, o que não acontece nas edições feitas pela Barral (Espanha), Hermes (México), Monte Ávila (Caracas) e Sudamericana (Buenos Aires). Assim seria possível sentir a evolução do autor de 1961 até 1972. E como há quatro contos datados de 1968, eu poderia até dizer quais deles foram saindo primeiro... Enquanto não vem García Márquez, a Record vai lançando outros tipos de literatura, vejamos só: *Amigo é Prá Essas Coisas* (Lois Gold), *A Porta Secreta* (Mary Roberts Rinehart) e *Paixão de Médica* (Vincent Bromé), traduzidos respectivamente por Pinheiro de Lemos, Afonso Blancheyre e Edison Alkmim Cunha. Assim é a vida!

## balcão

• Sem caviar e com muita contra-cultura, Millor Fernandes tem dois livros escritos por ele na praça: *A Verdadeira História do Paraíso e Trinta Anos de Mim Mesmo*. A noite de autógrafos, no Caiçaras, começou às dezenove horas e entrou pela madrugada. Millor vingou a seriedade nacional, desmanchando a brincadeira de mau-gosto de apresentar Ibrahim Sued como o mais ilustre de nossos escritores. O recorde (fajuto, mas badalado) dos 1.012 exemplares que Ibrahim teria autografado foi batido\* pela venda real de 1.116 assinados e com de-

senhos feitos na hora. Nas livrarias do Rio os dois livros de Millor são os mais comprados para presente de fim-de-ano.

• O mineiro Geraldo França de Lima feliz porque o seu novo livro - *O Nó Cego* - já está em revisão. Geraldo, você precisa reeditar com urgência o seu romance de estréia, *Serras Azuis*, que é ótimo.

• A José Olympio enviando aos amigos a sua mensagem de Natal: o texto do discurso de Alexandre Soljenitsin, especialmente traduzido pelo poeta Paulo Mendes Campos. Por falar nesse russo - tão amado pelas pessoas que não suportam o comunismo quanto Micaíl Cholocov (também Prêmio Nobel) pelos que sonham

com ele - já há quem diga que, em breve, deixará o seu país de uma vez para sempre, transferindo-se possivelmente para a Inglaterra.

• O professor Ivan Cavalcanti Proença ministrou um curso de Comunicação e Expressão na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, em Campos, dirigida pela salesiana Irmã Suraya. Durante uma semana mais de cem professores universitários, diretores de colégios e professorandas ouviram-no falar sobre abordagem de textos em prosa e em poesia; interpretação e aspectos inovadores na aproximação do texto - tudo partindo de fichas específicas elaboradas para a Editora José Olympio. Autores exaustivamente analisados: Carlos Drummond de Andrade, Armando Nogueira, Manuel Bandeira, José Cândido de Carvalho. O professor Ivan tem outros convites para cursos tanto em cidades do interior quanto capitais, e não sabe como atendê-los, pois desdobra-se em aulas, teses e pareceres, além de pesquisas.

• A *Leitura continua na mesma Rua das Marrecas, com o mesmo telefone, mas o número do prédio é outro - 37. Saíram duas novidades por lá, Viagem ao Desencanto, romance de Ruth Laus, e a segunda edição de Violas e Repentes (F. Coutinho Filho), corrigida, refundida, melhorada e ampliada, em convênio com o Instituto Nacional do Livro.*

• Quem o solicitar, a Vozes envia um boletim trimestral, grátis. Já o *Diário Vozes*, agenda belíssima, de mesa, com fotos, bossas e pensamentos que deverão agradar muito ao escritor Alceu Amoroso Lima, custa Cr\$ 25,00 - mas vale, amizade.

• Nos últimos tempos tem chegado excelentes notícias de Buenos Aires.

Uma delas, por exemplo, é a da *Coleção Estudos Latino-americanos, que Fernando García Cambeiro vem editando. Saiu Cortázar: la Novela Mandala, de Lida Aronne Amestoy; Claves Simbólicas de García Marquez, de Gracieta Maturo; Historia y Mito en la Obra de Alejo Carpentier, uma seleção de ensaios críticos à obra desse cubano, adido cultural em Paris. Quem estiver interessado é só escrever para Avenida de Mayo, 560.*

• E o poeta José Carlos Meira Matos? Ora, depois do *Poemas sem Endereços* (edição José Olympio), está querendo remeter aos leitores brasileiros um outro livro, *Poemas Armados*. Calma, não é nada disso, calma. Cuidado com as precipitações!

• *Passou pelo Rio, onde tomou banho de sol por um dia, o escritor argentino Manuel Puig, rumo a Nova Iorque e depois México. Trouxe boa notícia para Nélida Piñon, a de que o romance Fundador está sendo traduzido e será lançado pela Emecé, da capital portenha. O autor de Boquinhas Pintadas retoca (os originais) de Buenos Aires Story, a ser lançado até maio próximo.*

• O Dr. Pedro Calmon continua vidrado em Castro Alves. A maior prova desse amor é a nova edição da sua famosa biografia do poeta seu conterrâneo, que vai sair pela quarta vez, agora praticamente refundida, ainda pela José Olympio.

• Devido ao calor de fim-de-ano, o contista José Edson Gomes somente em março autografará o seu livro rodado pela *Expressão e Cultura*.

• O *Jornalivo* de dezembro fez uma edição especial à data. Reuniu Charles Dickens, Machado de Assis, Máximo Gorki,

Fiódor Dostoievsky, Guy de Maupassant, O. Henry, Jack London, Mário de Andrade, R. L. Stevenson, Nathaniel Hawthorne e Bret Hart e publicou um conto de Natal de cada um desses principiantes.

• *Lembrancinha aos editores nacionais: a Félix Block, de Berlim, anunciando para breve a tradução de uma comédia inédita de Shakespeare. O Nascimento de Hércules, baseada em O Anfitrião, de Plauto. Apesar de escrita quando Mr. William era bem novo (dizem), é certo que deve ser melhor que muita novidade saída por aqui, até de gente dita famosa.*

• O Conselho Federal de Cultura precisa divulgar melhor as suas edições, ouviu, poeta Manuel Caetano Bandeira de Melo, cidadão honorário do Texas? Esse Mem de Sá, Terceiro Governador-Geral, de Herbert Ewaldo Wetzel é simplesmente notável. Tese de doutorado para a Faculdade de História Eclesiástica da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, é uma pesquisa-jóia sobre personagem tão falado e que nas escolas públicas falam tão pouco, até confundindo-o com Estácio de Sá, este sim, coitado, que lhe sapecaram uma flexada no olho. O autor do trabalho consultou mil e um livros, fichários, arquivos, mapas, receitas, despesas e até mesmo focinhou o testamento da bondosa senhora Dona Filipa de Sá.

• *Alô, alô, Jorge Amado, eu soube que você está preocupadíssimo porque algumas colunas sociais garantem que o livro do escritor clássico Ibrahim Sued está vendendo igual ao seu Teresa Batista, Cansada de Guerra. Cuide-se, Jorge, mantenha a calma, amizade, olhe a úlcera baiana, procure dormir, camaradinho.*

Os critérios de "qualidade" do INL são próprios, através deles somente os poderosos e ricos recebem os benefícios de financiamento para suas obras

Marcos Santarrita

# INL A SERVIÇO DOS PODEROSOS



Marcos Santarrita, jornalista profissional, editorialista de O Globo, Última Hora e Correio da Manhã, tradutor da Civilização Brasileira, é hoje redator da Enciclopédia Britânica. Publicou A Solidão dos Homens — novelas — e em janeiro sai seu primeiro romance, Verão de Trevas. O artigo que POLITIKA hoje publica é uma autópsia do problema editorial brasileiro. Que Marcos Santarrita conhece como poucos.

(A Editoria).

Em biologia, há uma lei segundo a qual a função faz o órgão. Isto quer dizer que, quando o órgão permanece muito tempo sem exercer a função para a qual existe, acaba desaparecendo. Se esta regra fosse aplicada a certas entidades públicas, há muito não se ouviria falar delas.

Talvez seja este, precisamente, o caso do Instituto Nacional do Livro. Tendo sido criado para assistir a

nossa literatura, e consequentemente os nossos autores, esse órgão virou uma espécie de empresa financeira de editoras — não das que realmente necessitariam de tal financiamento, mas de grandes firmas que, possivelmente movidas até pelo todo-poderoso capital estrangeiro, passariam muito bem sem isso, podendo ao contrário secundar o INL em seu trabalho de amparo ao autor nacional.

Um exemplo: José Lins do Rego, Guimarães Rosa e outros grandes escritores brasileiros — de venda sempre assegurada — são editados tradicionais de uma sólida casa publicadora nacional, que dificilmente permitiria fossem suas obras postas no mercado, em volumes mais baratos, por outras casas. No entanto, para fazer isto, a mesma editora recebe financiamentos oficiais. O que significa que o INL contribui, nada mais, nada menos, do que para assegurar os direitos e a comercialização dos livros desses autores nas mãos de uma firma particular.

Claro, ninguém é suficientemente rico para não necessitar mais um pouquinho — é sabido que, quanto mais se tem, mais se quer — porém que seja um órgão do governo a dar esse pouquinho, à custa de verbas públicas, não é algo lá muito católico. Principalmente considerando-se que, enquanto isso, escritores novos (e não tão novos assim), e até mesmo conhecidos, têm de recorrer até a consórcios para publicar seus livros. Por que eles têm de fazer isso? Simplesmente porque, se-



Paschoal Carlos Magno



José Lins do Rego



Guimarães Rosa

gundo os critérios de qualidade do INL, não são bastante boas as obras de Moacyr C. Lopes, Aguinaldo Silva, Walmyr Ayala, Paschoal Carlos Magno, Marcos Konder Reis (nomes colhidos, entre inúmeros outros, na relação de autores ligados à Editora Cátedra, consórcio criado para a publicação de livros nacionais — iniciativa muito digna, diga-se de passagem, se não virar outra panelinha estéril do tipo Editora do Autor). Tampouco têm suficiente qualidade, para o INL, obras de novos excelentes como Amaline

Issa, cujo livro recém-lançado pela Cátedra, *Anotações sobre um Testamento*, é talvez a melhor revelação literária deste ano.

A qualidade dos novos publicados pelo INL pode ser julgada por algumas verdadeiras obras-primas que se encontram nas livrarias — pouquiíssimas, por sinal. E estes são apenas dois exemplos, quando muitos outros poderiam ser apresentados. A verdade é que, hoje, o autor não consagrado que sabe como se concede o financiamento oficial, nem sequer procura mais o INL. A situa-

ção do escritor nacional novo é, assim, lamentável. E embora eu não acredite que a atual direção daquele órgão esteja realmente interessada em resolver este problema, não posso deixar de acreditar que, algum dia, alguém levará o INL a sério, se sua presente inatividade não o liquidar antes. E para isso, é preciso considerar alguns pontos.



## INL a serviço dos poderosos



Florim Coutinho

## Co-edições podem virar negociata

Em primeiro lugar, é evidente que o sistema de co-edições de livros pelo INL jamais deveria ser feito com grandes editoras, inclusive porque isto implicaria no risco de virar negociata. As grandes editoras, ao contrário, é que deveriam ser obrigadas, por lei, a publicar uma porcentagem de autores nacionais (não didáticos ou para-didáticos, evidentemente) cada determinado número de autores estrangeiros por elas lançados. A propósito disto, é oportuno lembrar o projeto apresentado, na Câmara Federal, pelo Deputado Florim Coutinho (MDB-GB), impondo a obrigatoriedade da proporção de oito músicas brasileiras para cada uma estrangeira, em programas especializados ou em outras atividades musicais, em todo o território nacional. Este projeto já foi aprovado pela Comissão de Justiça da Câmara, e poderia servir de exemplo para que algo fosse feito em relação à literatura brasileira.

Ainda a propósito disso, é bom lembrar o parecer do relator da matéria, Deputado Altair Chagas (Arena-MG). Ele entendia que, embora à primeira vista a proposição pudesse ensejar a interpretação de intervenção indébita na indústria nacional, o Deputado Florim Coutinho, ponderara que já existia proteção legal semelhante, obrigando a proporcionalidade na exibição de filmes nacionais, o que na prática revelara ser eficiente.

Quem sabe se o Deputado Florim Coutinho não querará levantar mais

A solução é obrigar a edição de livros nacionais na mesma proporção proposta na Câmara para as músicas difundidas nas emissoras de rádio e televisão

## Seria aconselhável taxar o autor estrangeiro de valor apenas a comercial

esta bandeira — a dos depauperados autores nacionais?

O financiamento direto do INL só deveria, por conseguinte, ser concedido a pequenas editoras. Por quê? É simples: estas não podem comprar os direitos autorais dos Arthur Haileys, Morris Wests, Harold Robins **et cetera**, nem possuem os dos medalhões nacionais, e por isso têm de se sustentar mesmo com o autor nacional não consagrado — esse ser tão depreciado.

Além disso, seria aconselhável taxar consideravelmente o autor estrangeiro de valor apenas comercial, pois o dinheiro assim arrecadado contribuiria para dar vez a um maior número de novos — em pequenas editoras, é claro. Poder-se-ia, por exemplo, baixar a taxa do dólar para aquisição de livros estrangeiros em edições originais (é um absurdo o livro ser considerado um artigo de luxo, seja em que condições for), e compensá-la pela maior taxação da má obra estrangeira traduzida.

Reconheço que esta sugestão é problemática, pois teria de haver um arqui para os autores estrangeiros aqui editados. Mas isso poderia ser resolvido da seguinte maneira: **todo** livro estrangeiro, em princípio, estaria sujeito à referida taxa. Se os editores pudessem apresentar opiniões de autores sérios, nacionais ou estrangeiros, sobre uma determinada obra traduzida, a taxa seria dispensada.

Isto, é claro, não resolveria definitivamente o problema da triagem (infelizmente, até jornais responsáveis brasileiros estampam resenhas de página inteira sobre escritores estrangeiros menores como Anthony Burgess — privilégio a que poucos autores nacionais têm direito), mas já seria um princípio de disciplina.

Também é preciso levar em conta o discutível critério atual de **qualidade** adotado pelo INL. Segundo esse órgão, ao que parece, o fato de alguém ser desembargador, ou ministro em algum Estado do país, com boas conexões políticas — por exemplo — confere ao que ele escreve **qualidade** bastante para um financiamento, enquanto o jovem poeta ou ficcionista obscuro, da província e inclusive dos grandes centros, mesmo que tenha valor in-

contestável, não é sequer considerado — parece que nem ao menos em caráter excepcional.

Outra coisa a ser considerada, particularmente pela senhora diretora do INL, é que alfabetização e escolaridade, embora já sejam muito, não constituem toda a cultura de um povo. O governo faz, na televisão, no rádio e no cinema, anúncios muito bonitos, exortando o povo a ler, mas é preciso que haja algo a ser lido. Amanhã, digamos, teremos uma taxa de 100 por cento de alfabetizados. Que é que eles vão ler? **O Chefão? Os Insaciáveis? Os Sete Minutos?** Ou talvez, em literatura nacional, apenas as obras da Sra. Maria Alice Barroso? É claro que estas, por melhores que sejam, não fazem uma literatura, nem mesmo um período literário.

Será que devemos mesmo consumir literatura estrangeira, na firme convicção de que eles são melhores do que nós? Ora, acho que já temos uma mentalidade colonial demais para nos permitir o luxo de continuar vivendo da cultura das metrópoles. Ninguém ignora, por exemplo — e muito menos os editores — que um nome estrangeiro na capa de um livro é uma recomendação para o nosso público leitor. E talvez seja esta a razão por que medíocres como Anthony Burgess e outros recebem página inteira na chamada grande imprensa brasileira: são ingleses, norte-americanos, franceses, e isto é quase sinônimo de qualidade entre nós. Até quando continuaremos assim?

Outro ponto a ser levado em conta é a nossa indústria editorial.

Ultimamente, talvez devido a um movimento tentado por mim mesmo e outros jovens escritores, tem havido uma espécie de campanha dos editores, visando a provar que eles não são meros mercenários nos livros, e de vez em quando aparecem nos jornais declarações de que as casas publicadoras gostariam de editar originais brasileiros, só não o fazendo porque os que recebem são muito ruins. Não duvido de que isto seja verdade, embora saiba de muitos bons livros que **não interessavam, não estavam na linha** das editoras que os recusaram.

Claro, há naturalmente um número maior de originais ruins do

que bons, mas é o que ocorre em todo o mundo. De modo geral, de cada 100 obras apresentadas aos editores norte-americanos e europeus, no máximo 10 têm algum valor. E entre estas, quase nunca há uma obra-prima. Mas que é que há? Os Dostoiévskis e Faulkners não dão em pencas.

O que acontece é que, nos chamados países desenvolvidos, há uma infra-estrutura editorial que se alimenta de originais, e se não os tiver, simplesmente parará, com os prejuízos que se pode imaginar. Assim, é possível que todos aqueles 100 manuscritos, **editados** (copydescados e remontados) por profissionais competentes, em combinação com os autores (geralmente, o escritor apenas comercial não tem muitos escrúpulos ou ilusões a este respeito), terminam nas livrarias. E a prova de que os editores **civilizados** estão certos é que seus colegas subdesenvolvidos — como os daqui — publicam avidamente as porcarias surgidas nas metrópoles.

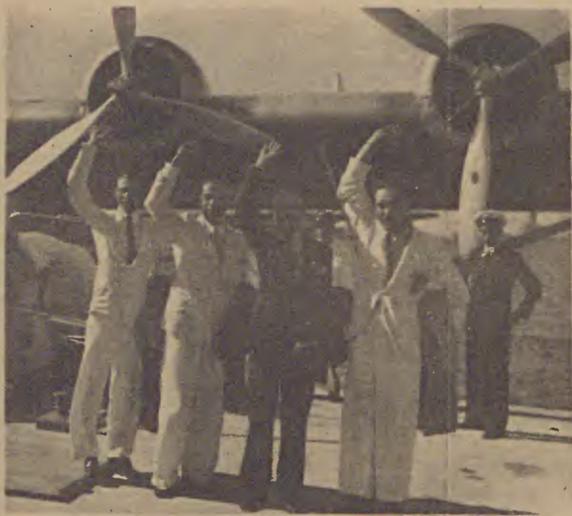
Isto para não falar que a simples quantidade acaba sempre produzindo qualidade, não sendo sem razão que escritores como Faulkner, Hemingway, Fitzgerald, Bellow, etc., tenham surgido nos Estados Unidos, país que mais edita no mundo ocidental.

Evidentemente, não estou defendendo a publicação de porcarias, nacionais ou estrangeiras — e qualquer um convirá que existem muito mais porcarias estrangeiras que brasileiras em nossas livrarias. O que estou querendo mostrar é que esta é um desculpa muito idiota, para esconder uma verdade gritante. Os grandes escritores não nascem prontos, estourando na praça com primeiros livros sensacionais: são produto de amadurecimento no trabalho, e também de investimento dos editores. Mas para isso é preciso que existam editores, e a maioria dos nossos não tem visão suficiente para tanto, não quer trabalho, não quer investir, já quer pegar o bocado mastigado — não são editores, mas simplesmente homens que negociam com livros como negociariam com secos e molhados ou qualquer outro produto que desse dinheiro.

Roland Corbisier diz que não se sente envergonhado de ter sido integralista. A vergonha está em continuar sendo hoje, quando tudo mudou em política.

Roland Corbisier

# PLÍNIO SALGADO



# QUEM TE VIU E QUEM TE VÊ

Conheci o Sr. Plínio Salgado em fins de 1932, após o movimento constitucionalista que levou São Paulo a insurgir-se contra o governo do Sr. Getúlio Vargas. Tinha, na ocasião, dezessete anos e acabara de ingressar na Faculdade de Direito. Era um adolescente desprevenido, que nada sabia de economia, sociologia e política. Plínio Salgado havia fundado a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), da qual era o animador e a figura principal. O futuro *chefe nacional* já havia publicado três romances. *O Estrangeiro*, *O Esperado*, e *O Cavaleiro de Itararé*, participara da Semana de Arte Moderna e militar, como comentarista político, no *Correio Paulistano* e na

*Razão*. Embora fosse paulista e residisse em São Paulo, eu não participara do movimento constitucionalista que, desde o começo, assumira um caráter regionalista e mesmo separatista. Antes de ser paulista, eu me sentia brasileiro e percebia que a revolução nada tinha de popular e representava o inconformismo da oligarquia paulistana, frustrada com a deposição de Washington Luiz. Ouvi Plínio Salgado, pela primeira vez, em conferência pronunciada, se não me engano, no Portugal Clube. A defesa das teses nacionalistas vinha ao encontro de minhas posições anti-regionalistas, embora, como já disse, não tivesse nessa época nenhum esclarecimento político. Monteiro

de Barros, Lima e Silva e Cavalcanti de Albuquerque por parte de mãe, não tinha raízes em São Paulo, mas no Rio de Janeiro e, remotante em Pernambuco, e, Corbisier, por parte de pai também não as tinha no planalto, mas na Europa.

Quando o conheci, a futura Ação Integralista Brasileira era um departamento da Sociedade de Estudos Políticos. No meu entusiasmo adolescente, Plínio Salgado surgiu como o *intelectual*, o caipira brasileiro que havia lido e estudado por conta própria, procurando informar-se e esclarecer-se a fim de empreender a *cruzada de redenção nacional*. O meu idealismo, no sentido não filosófico mas cotidiano

da expressão, era absoluto e foi com irrestrito entusiasmo que aderi às ideias nacionalistas do autor do *Estrangeiro*. Lembro-me bem, logo após a fundação da Ação Integralista, do mal-estar com que recebemos a notícia de que deveríamos usar camisa verde, sigma no braço, e saudar-nos uns aos outros, e aos chefes, com o braço erguido, à maneira dos fascistas e dos nazistas. Já estávamos, porém, ligados por um juramento que nos impunha obediência irrestrita à chefia do movimento. Conformados, nos tornamos *camisas-verdes*, e passamos a desfilar pelas cidades do país como se fôssemos uma organização paramilitar. Não seria esta a oportunidade de fazer uma

história do Integralismo. É provável, no entanto, que cada um de nós tenha feito, no movimento, uma experiência própria, vivendo-o e interpretando-o à sua maneira. Para mim, o movimento foi uma experiência importante, que deveria, alguns anos depois, reconduzir-me ao catolicismo. Sob a influência de Maritain e de outros divulgadores franceses do tomismo, cheguei à conclusão de que assim como havia uma verdade política, deveria haver, também, uma verdade filosófica e outra religiosa. A verdade política era o Integralismo, a filosófica o tomismo, e a religiosa o catolicismo.



**Plínio Salgado,  
quem te viu e  
quem te vê**

Plínio Salgado acredita que, tantos anos depois, tudo não mudou. Por isso garante que o integralismo está no poder e quer ressurgí-lo das cinzas.

## Plínio combatia o capitalismo, porém se locupletava

Não creio que nessa ocasião o sr. Plínio Salgado fosse católico, no sentido de praticar os sacramentos. Dizia-se, no entanto, cristão, e pregava, como se sabe, a existência de Deus, da alma espiritual e imortal, etc. A adesão ao tomismo era muito significativa, pois, é claro, não havia como até hoje não há uma filosofia integralista, e a doutrina do Aquinate vinha preencher essa lacuna. A índole conservadora, e até mesmo reacionária do movimento, manifestava-se não só nessa adesão ao tomismo, mas na inequívoca simpatia pelo fascismo e até mesmo pelo nazismo. O uso da camisa e do sigma, a saudação de braço erguido, não eram inocentes. Os teóricos do movimento, como Miguel Reale e outros, citavam, principalmente, os ideólogos do fascismo, ao preconizar o partido único, o sindicalismo orgânico, o corporativismo, a câmara corporativa, e outras instituições de caráter medieval. O Sr. Plínio Salgado insistia, é verdade, no aspecto cristão, espiritualista e brasileiro do integralismo, referindo-se, constantemente, a Alberto Torres, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Farias Brito e outros autores nossos. Isso não impedia, porém, que o movimento fosse fascizante e que os integralistas sentissem afinidades até mesmo com o nazismo alemão. Um dos nossos companheiros repetia, com insistência, uma profecia de Mussolini segundo a qual, dentro de uma década (estávamos em 1935) a Europa seria fascista ou fascistizada.

Sem dúvida, o Sr. Plínio Salgado atacava o capitalismo. Mas, uma coisa é atacar com palavras o capitalismo, do qual o comunismo seria a outra face e, coisa diferente, fazer a apologia da propriedade privada, sem distinguir a dos meios de produção da dos bens duráveis de consumo. O integralismo atacava verbalmente o capitalismo e defendia, ao mesmo tempo, o fundamento do capitalismo, quer dizer, a apropriação privada dos meios de produção. A fim de preservar suas boas relações com a burguesia que o financiava, defendia a tese de que a burguesia não era uma classe social, definida pela sua função no processo produtivo, mas um estado de espírito. Assim, qualquer um poderia ser burguês, não só o representante da classe dominante, o latifundiário, o industrial, o banqueiro, mas o homem de classe média e até mesmo o operário que vive, quer dizer, sobrevive de salário. Ingênuos e desprevenidos, sem consciência crítica, não tínhamos condições de perceber a malícia dessas confusões, que pareciam exprimir nossas veleidades reformistas e, na realidade, consolidavam o *statu quo*.

Não diria que o movimento fosse anti-semita, pois apesar da ortodoxia, da infan-

bilidade do **chefe nacional**, do juramento, das afinidades com o nazismo, havia no integralismo pessoas razoavelmente conscientes que se davam conta da incompatibilidade do cristianismo e do anti-semitismo. Gustavo Barroso, por exemplo, representava a corrente anti-semita que identificava o capitalismo com o judaísmo e a maçonaria, perdendo o sono na leitura e na exegese dos **Protocolos dos Sábios de Sion**. Para o próprio **chefe nacional**, o capitalismo e o comunismo, como disse, eram as duas faces de janus bifronte, monstro materialista que tramava, no mundo todo, a ruína dos valores do espírito. Até hoje, em alguns remanescentes do integralismo, o anti-semitismo perdura, como estigma do qual não conseguiram livrar-se.

Depois do golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo, o Sr. Plínio Salgado exilou-se em Portugal, onde permaneceu durante sete anos. Durante esse período de recesso político, como freqüentemente acontece, nós lemos e estudamos muito, pondo-nos em dia com o que havia de mais significativo no pensamento contemporâneo. Tivemos, então, tempo e condições de dar um balanço na experiência integralista, que passamos a julgar com outros critérios e de outros pontos de vista. Os equívocos, as confusões, o impressionismo, a improvisação, os aspectos demagógicos, o messianismo, a carência de qualquer base filosófica e científica, o reacionarismo em suma, tornaram-se para nós patentes, ou evidentes, à luz de nossa nova consciência crítica. Durante esse tempo de exílio não mantivemos correspondência com o Sr. Plínio Salgado. Não acompanhamos, portanto sua vida em Portugal. Era de supor que, encontrando-se na Europa; aproveitasse a oportunidade para viajar e estudar, reformulando e atualizando suas posições. A derrota do fascismo e a queda do Estado Novo, permitiram que o Sr. Plínio Salgado retornasse ao País. Lembro-me bem da primeira vez que o ouvi, por ocasião do seu regresso. Como se nada houvesse acontecido, como se a tempestade hitlerista não se houvesse abatido sobre o mundo, como se milhões de judeus não tivessem sido martirizados nos campos de concentração, como se milhões de russos, milhares de franceses e de ingleses não tivessem sido sacrificados na luta contra a loucura nazista, o Sr. Plínio Salgado, como se tivesse se ausentado do País na véspera e não sete anos antes, continuava a falar a mesma linguagem, a repetir os mesmos chavões, as mesmas frases feitas, os mesmos slogans da oratória integralista. Que livros lera, com quem conversara, que experiências fizera, durante os sete anos de exílio, o **chefe nacional**? Nós, que ele deixara

adolescentes, não éramos mais adolescentes, éramos homens. Nesses anos terríveis, de convulsão e horror, amadurecemos e ganhamos uma nova lucidez. O Sr. Plínio Salgado, porém, não evoluíra e, pelo que dizia, deixava perceber que nada havia lido de importante, de fundamental, e nada havia compreendido em relação ao que estava acontecendo no mundo.

Precisamente nessa época ele fundou o Partido de Representação Popular. O Sr. Plínio Salgado, que, no Manifesto de Outubro, se declarava contra os partidos políticos, porque dividiam a Nação, acabava de fundar um partido político. Em um caderno de **diário íntimo**, com data de 10 de abril de 1947, anotei os principais tópicos da conversa que, nesse dia, mantive com Plínio Salgado, expondo-lhe as razões pelas quais rompia com ele politicamente. Apontei, entre outras, a inépcia dos dirigentes do P.R.P., o abandono de velhos companheiros, que haviam permanecido fiéis e foram preteridos, a inutilidade de fundar um partido que pretendia não ser integralista mas coincidia em tudo com o integralismo, o retraimento das figuras mais representativas da nossa geração, a ausência de heroísmo e de grandeza do novo grêmio, que se tornara um partido como os outros, preocupado apenas com eleições, a intolerância, a incompreensão e a cegueira dos responsáveis, a recusa ao contato e ao diálogo, a estrutura eclética do partido, que não interessava as elites e não interessava também as massas, a ausência de rumos definidos e, por tudo isso, a crise de confiança em relação ao destino político do **chefe nacional**. Nós prosseguíramos, o Sr. Plínio Salgado permanecera enclachado, no meio do caminho. A partir dessa data, em que rompi com o **chefe** e me afastei do integralismo, sem ter sequer ingressado no P.R.P., permaneci à margem de qualquer militância política partidária, até o ano de 1960, quando ingressei no P.T.B. da Guanabara, em cuja legenda me elegi deputado à Assembléia Constituinte.

O falecido poeta Augusto Frederico Schmidt impressionava-se profundamente com a estranha capacidade do Sr. Plínio Salgado, de renascer das cinzas e recommençar periodicamente, a partir da estaca zero. De fato, o autor do *Estrangeiro* se comporta como se a História não existisse, isto é, como se o tempo fosse reversível e como se, a qualquer momento, fosse possível retomar qualquer iniciativa ou empreendimento. Ora, não podemos mais ser integralistas precisamente pelo fato de o termos sido na adolescência e na primeira mocidade. O grave, portanto, não é ter sido integralista, mas continuar a sê-lo.

Em declarações recentes, publicadas em jornais e revistas, o Sr. Plínio Salgado insiste na tese de que a ideologia do atual governo é o integralismo, que há numerosos integralistas em altos postos da administração e que as metas e as realizações do movimento de março coincidem em tudo com a sua doutrina e o seu programa. Melhor do que ninguém pode o Sr. Plínio Salgado avaliar essa coincidência. O uso da palavra integração, em expressões como integração nacional, integração social, etc. induz o ex-**chefe nacional** a concluir que o atual governo é um governo integralista. A presença do Sr. Alfredo Buzaid no Ministério da Justiça e do Sr. Raimundo Padilha no Governo do Estado do Rio confirmaria essa impressão. Assim sendo, isto é, se o atual governo, oriundo do movimento militar de 64, está realizando, em toda a sua plenitude, o ideário integralista, embora o Sr. Plínio Salgado

## Camisas e saudações, um vexame

não seja ministro de Estado nem governador de Província, parece desnecessária, fora dos quadros da Arena, agremiação do Governo à qual pertence o Sr. Salgado, a rearticulação ou reorganização do movimento integralista. A iniciativa seria redundante, pois o bipartidarismo existente traduziria, com perfeita fidelidade, todas as correntes de opinião do País, tornando inútil e mesmo condenável qualquer movimento político paralelo ou concorrente.

O Sr. Plínio Salgado se refugia na alegação de que o projetado Movimento de Renovação Nacional é puramente filosófico e, por isso, não tem pois a incompetência do Sr. Plínio Salgado em matéria de filosofia é notória, deve-se concluir que só pode ter um inconfessável conteúdo político. Não creio, porém, que os liberais devam atemorizar-se com essa ameaça de renascimento integralista. Comparando-se a Jean-Jacques Rousseau, Voltaire, Spencer e Locke, o Sr. Plínio Salgado deixa patente o estado de alienação em que se encontra, constrangedor, especialmente, para aqueles que, no passado, foram seus adeptos e admiradores.

POLITIKA

20

depoimento

O amor maior que a morte, no qual o homem encontre toda a sua realização, e a luta com uma vida interior inquietante. Aí está Antonio Carlos Vilaça.

Medeiros  
Lima

VILAÇA

# QUANDO O AMOR É MAIOR QUE A MORTE



Antonio Carlos Vilaça

Antonio Carlos Vilaça é uma excepcional vocação de escritor. Homem inquieto, dominado por estranhos e contraditórios sentimentos, parece haver encontrado na expressão literária a plenitude do ser. Aparentemente um místico, um contemplativo, é na realidade uma natureza dominada pela paixão. A paixão da vida, a paixão do mistério, a paixão das coisas transcendentes, disputam esse espírito onde tantas almas se confrontam. Vilaça nasceu com o gosto pela literatura. A literatura sempre esteve no cerne dele mesmo, de sua visão e de sua compreensão do mundo. Começou a escrever cedo, com quinze anos. Mas sua estréia literária data de 1970 com *O Nariz do Morto*. Este o livro que revelaria de fato sua densidade como escritor. É onde se começa a perceber sua expressão estilística, a sua linguagem inconfundível, o homem perplexo, mergulhado na vida e em si mesmo. Vilaça busca o indefinido, embora pareça caminhar em direção de Deus e do sexo. Deus e sexo são constantes nele, nos quais parece acreditar, envolto na fantasia, no misticismo. Mas será isto certo? É pouco provável, pois dúvida de ambos. Vilaça coloca-se numa atitude hamletiana. A dúvida, a incerteza, a inconstância, o temor e o medo o deixam paralisado,

embora esteja sempre a ir e vir, sem conseguir se fixar em parte alguma. Ele mesmo reconhece estar sempre fugindo, desejando partir, insatisfeito entre o céu e a terra. Partir para onde? A procura de quê? Não sabe. Teme encontrar-se no mais íntimo do ser. Pode descer ao fundo dos abismos, mas lá não chega, não chegou jamais. Esse é um encontro que teme, um encontro que pode salvá-lo ou derrotá-lo. Vilaça não foge da vida, não foge dos homens, não foge das coisas. Pelo contrário. É ao encontro de tudo isto que está indo sempre, porque esta é a sua maneira de fugir de si mesmo. Mas isto, por certo, não lhe bastaria, não atenderia às exigências de seu espírito, não satisfaria sua vaidade, que o misticismo ajudou a exacerbar. A literatura sim. Aí se justifica, aí se revela aos outros e se afirma. Mas a literatura é também para ele um ritual, um processo de exorcismo, uma tentativa de libertação dos seus demônios das lembranças malditas que o perseguem. Tudo isto, visível em *O Nariz do Morto*, acentua-se agora neste *O Anel*, tentativa de uma aliança ainda imprecisa e distante. Na entrevista que hoje publicamos, Vilaça ajudamos, e aos nossos leitores, a compô-lo, quem sabe, a retocar o seu próprio retrato. (A Editora)

O que é *O Anel*?

*O Anel* é a continuação do *Nariz do Morto*, isto é, um livro de memórias a abranger o período de 1957 a 1970. É um livro menos organizado que *O Nariz*, mas prefiro *O Anel*. Se eu tivesse que escolher uma epígrafe que fosse uma espécie de síntese significativa de *O Anel*, citaria a palavra de Rimbaud em *Une Saison en Enfer: A la recherche de l'anneau*. A procura do anel é um negócio muito sério.

O que você define como a procura do anel?

No fundo, no fundo é a procura de Deus, que pode ser também a procura do amor ou a procura do sexo. Isto é, a busca de uma plenitude, de algo que nos ultrapasse e justifique. O êxito, o gozo, a eternização do minuto, alguma coisa que vença em nós o tempo, a morte. Eu tenho uma verdadeira obsessão pela morte. A procura do anel é a procura da anti-morte. Se você quiser, da imortalidade.

A procura de Deus em você se operou pela primeira vez através de um encontro místico ao tentar o refúgio monástico. Desta experiência não saiu satisfeito. Este malogro é que poderia justificar a troca da busca do amor divino pelo amor temporal?

Acho que nunca houve troca, nem há. Eu me sinto extremamente solitário. Quando saiu *O Nariz do Morto*, Drummond escreveu um poema no *Jornal do Brasil*, 9 de junho de 1970, dizendo: *Há de sal-*

vá-lo, não a Fé, talvez o raio impensado de um amor. Mas a verdade é que o amor não veio. Ainda estou esperando o raio, que já começa a tardar. Me parece que não nasci para o amor carnal. Enfim, não tenho certeza. Mas o certo é esta história de mosteiro, de vida mística, de *alceuamorosolimismo* atrapalhou muito o meu levantar vôo no sentido do amor. Aos vinte anos, eu exclamava: *Famílias eu vos odeio*. Era a frase de Gide. E assim fiquei um tanto marginal diante da vida. Mas não me queixo.

Percebe-se em seus livros que você, um solitário, um homem dominado pela inquietação interior, não busca se encontrar em si mesmo, mas através do encontro com os outros homens.

Não gosto de psicologia, não leio os psicólogos, não leio Freud, não leio Jung. Tenho horror de tudo isto. Se me dizem, ali vai um psicanalista, passo à distância. Tenho medo. O de que gosto é de ler memórias dos outros, as amargas, sim, ler epistolário, ler confissões. Tudo ao vivo. Nada de sistematizações nem de explicações. Não gosto de explicar nada. Freud explica? Muitas felicidades para Freud. Não quero saber. Gosto de captar a vida na sua concretude despreziosa. Não quero regras. Quero segredos. Mas isto não chega a ser uma teoria, graças a Deus. É apenas um modo de ser. Jamais irei ao psicanalista por minha espontânea vontade. Mas me delicia em interrogar os outros, se me permitem. Terei respondido a sua pergunta? Sou num certo sentido, me dizia Afonso Romano de Santanna, um biófago, um devorador, um sugador.



**Vilaça,  
quando o  
amor é maior  
que a morte**

Como Gide disse que escrevia para não matar, Vilaça ainda vive por escrever. A livre e pesquisadora vida que leva é um grande exercício literário.

**POLITIKA**

**21**

**depoimento**

## **A literatura é a libertação. Quando se escreve, busca-se vencer o tempo e a morte, a dor e a solidão.**

Finalmente, o que é que você busca na vida dos outros?

A verdade, a minha e a deles.

O que a literatura, o exercício do ato de escrever, esta exteriorização da personalidade, este se confessar contínuo através das lembranças e das impressões que outros deixaram em seu espírito, representa para você?

Escrever é, para mim, libertar-me. A literatura é uma forma de libertação, sendo (como é) uma forma de conhecimento e uma forma de comunicação ou de comunhão. Quando eu escrevo busco vencer o tempo e a morte, busco vencer a solidão, busco ser amado pelos outros. Nada me seduz mais que a ilusão ou simplesmente o pensamento de que muitos anos depois de minha morte alguém me amará por causa do que eu escrevi. Enfim, escrever é um ato de vaidade, é a certeza de que somos diferentes, e queremos testemunhar essa diferença. Escrever é algo tão misterioso, como o ato de amar. Eu sei precisamente porque escrevo. O escrever em mim é uma forma de viver. Nenhum escritor vive a vida. Todo escritor é um fingidor. Então escrever é a forma que eu tenho de afirmar-me diante de uma vida que eu sou incapaz de viver. Literatura e incapacidade de viver são em mim como em qualquer escritor uma mesma coisa. Não se trata de uma ilusão, trata-se de uma paixão. Arte é loucura. Tomas Mann dizia que os escritores são seres malditos. E eu estou de acordo com ele. Literatura é maldição.

No seu caso talvez se aplique a frase de Gide: Escrevo para não me matar.

Concordo. Creio que disse em *O Nariz do Morto*: escrevo porque se não escrevesse morreria. Morreria asfixiado. Escrever sempre liberta-me. Amo muito a obra de Gide. Como eu me encontro nesse frágil ser que, no entanto, é ao mesmo tempo um ser terrível. A morte de Gide, em fevereiro de 1951, me tocou profundamente. Era um homem atento à vida.

Não é fácil, através de sua obra, perceber quais as maiores influências literárias ocorridas em sua vida. Talvez no plano da literatura universal você se aproxime de Léautaud. Teria Razão?

Eu gosto de Léautaud. Uma vez, em Paris, dizendo isto a um jovem filósofo belga que morava na mesma instituição em que eu morava, ele se horrorizou. Léautaud, o misantropo, um egoísta, um prisioneiro de si mesmo. E também eu não serei um prisioneiro de mim mesmo, um narcisista, um misantropo extrover-

tido e curioso diante da vida? Não me aborrece, antes lisonjeia-me o confronto com o velhinho impertinente, cético e homossexual. Devia ser uma figura. Schmidt o visitou na sua tebaida, lá nos arredores de Paris, e conseguiu arrancá-lo do tugúrio em que vivia metido com seus gatos, cachorros e macacos. Dos homens não gostava. Só gostava dos bichos na altura em que Schmidt o encontrou. Evidentemente, já não se aventurava àquelas incursões noturnas pelo metrô parisiense, descritas em seu interminável *Journal Littéraire*, em vinte tomos. Mas, ao contrário de Paul Léautaud, eu gosto da vida. Eu creio nos homens. Eu não sou cético. Eu tenho uma ambição enorme, ingênua, universal, como a de Santa Terezinha do Menino Jesus: **Eu quero tudo. Eu escolhi tudo.** Léautaud parecia cansado da vida. Eu não. Gosto da vida. Tenho a certeza de chegar à idade prolecta do velhinho Léautaud não estarei entre gatos e cachorros, mas em plena cidade dos homens, vendo a vida passar. Schmidt levou Paul Léautaud a rever Paris num táxi, coisa que ele não fazia de longa data. Quando um amigo de Léautaud morria, ele ia correndo espiar a face do morto, interrogar a morte. E não deixava mais o velório até que enterrassem o defunto. Era um apaixonado da morte. Nisto me encontro com ele. Não acho que Léautaud me tenha influenciado. Eu o li em Paris, na biblioteca do convento Saint Jacques, dos Dominicanos, no verão de 1966. Eu já tinha trinta e oito anos. Acho que a grande influência literária, no sentido mais amplo de minha vida, foi Tristão de Athayde, através de cujos artigos aprendi a respeitar a literatura, entendida como *criticism of life*. Depois, devo muito a Drummond. Aprendi a escrever lendo Drummond. Em matéria de estilo, devo muito a Drummond. Entre os estrangeiros gosto de François Mauriac, com quem tenho tantos pontos em comum, inclusive uma espécie de jansenismo ou de angelismo, que é talvez o traço mais típico da minha personalidade.

*O Nariz do Morto* revelou um escritor e, mais que isto, um romancista em potencial. Surpreendentemente você voltou com um novo livro de memórias. O que o assusta no romance?

Criar. Serei eu um criador? Romance é essencialmente criação. Creio que o meu gênero é mais esse mergulho nas lembranças. Esse ir e vir no lusco-fusco das reminiscências entre a confissão e a ficção, sem compromissos com nenhum gênero literário. Cada vez mais a literatura supera a divisão rigorosa em gêneros. O que será romance? O que será poesia? As memórias abrangem tudo isso. A ficção e a poesia. Porque no fundo mesmo o que

sou é historiador e orador parlamentar. Nasci para a tribuna. Perdi-me no caminho. O gosto que eu teria de falar da tribuna do Senado. Taquígrafos em volta, a frase arrumadinha, pronta para o jornal do dia seguinte, o adjetivo, o advérbio. Você se lembra do *Velho Senado*, de Machado de Assis? Gostaria tanto de ter sido, ter sido, não, ser hoje, um daqueles senadores de 1866, ali perto do Campo de Santana. Enfim, como não vivi, acabei memorialista daquilo que não aconteceu.

### **Escrever é paixão, não ilusão**

Memorialista do nada, que é o que eu sou.

*O Nariz do Morto* é um título nihilista. Já *O Anel* abre uma pequena brecha na direção do que podemos chamar a praia da vida. *Anel* dá idéia de núpcias, logo de aceitação. Entre *O Nariz* e *O Anel*, houve uma espécie de reconciliação profunda e secreta entre mim e a vida. Quando eu li o artigo de Wilson Martins sobre *O Nariz do Morto*, disse com meus botões: **Valeu a pena viver.** Idem, idem, quando li o poema de Drummond ou quando recebi a carta de José Américo ou de Cassiano Ricardo. Enfim, me disse Raissa Maritain, em carta de 24 de novembro de 1957, que o artista precisa de elogios, precisa ser confirmado em si mesmo. E era uma mística.

Você é um devorador de livros, de livros brasileiros, de escritores brasileiros. Tem valido esses seus mergulhos em matéria tão discutível como é o panorama das nossas letras?

Tem valido. Não sou tão grande conhecedor da literatura brasileira. Muita coisa nos escapa. Ainda recentemente Antônio Houaiss, numa reunião amiga, me interpelou se eu tinha lido um certo romance de Ruth Bueno, onde aparecem padres, mosteiros, coisas assim, com prefácio de Tristão de Athayde. Você leu? Eu ainda não li. Mas é verdade que eu mergulhei muito nessas letras brasileiras com seus enigmas, um Pedro Kilkerry, tão amigo de Jackson de Figueiredo, agora reabilitado pela argúcia dos irmãos Campos, de São Paulo, Augusto e Haroldo, cujos nomes pronuncio com respeito, pois são homens da raça de Pound. Quando eu penso que a literatura brasileira deu um Souzaândrade, fico arrepiado. Um precursor de tudo que há de mais vanguarda em literatura universal. Este Brasil é uma coisa louca. Deu um Guimarães Rosa, esta

flor de mineiridade, um tanto enroladote, songamonguices excessivas para meu gosto, artificioso jagunço lido em Plotino, que ia levando a literatura brasileira para o beco sem saída da gratuidade artificial de um verbalismo auto-suficiente ou auto-complacente, o tipo da mística do espelho, a que se refere Maritain. Enfim, Rosa era Rosa. E era grande, mas inimitável. Prefiro Graciliano Ramos, que conheci de perto. Prefiro a literatura direta e simples. Sim, sim; não, não. Um pouco da burrice ajuda. Nada de alados idílios nem de cavernosas espeztezas. Jorge de Lima me agrada muito. Tinha uma espessura de que gosto. Tudo muito autêntico, sofrido e delirante. Não podemos queixar-nos.

Temos Drummond e José Mauro de Vasconcellos, o melhor e o pior, literatura para todos os gostos. Em Minas fulge Henriqueta Lisboa. No Paraná Dalton Trevisan. Em São Paulo, a poesia misteriosa de José Geraldo Nogueira Moutinho.

Ainda agora saiu *Peripécia*, longo poema de Gerardo Melo Mourão, coisa grandiosa, digna do melhor Ezra Pound. No conto, vejo tanta gente boa, o Samuel Rawet, José Veiga, Luís Vilela, Rubem Fonseca.

Esperamos de Clarisse Lispector o grande romance que ela está a nos dever. Uma literatura que tem ao longo de cinquenta e três anos de ininterrupta militância um crítico universal como Tristão de Athayde é uma literatura que se deve levar a sério.

Aos quarenta e quatro anos, com dois livros publicados e com uma longa experiência, como você resumiria sua visão da vida e do mundo?

Ao entardecer desta vida, te verão no amor. Esta palavra de São João da Cruz me impressiona como síntese do destino humano. À tarde, isto é, ao fim, seremos vistos pelo que amamos ou deixamos de amar. Acho esta frase de São João da Cruz formidável. Só o amor é que tem importância. Amar a vida, amar o mundo. Só há uma solução, o amor. O amor é maior do que a morte.



Eva Perón

Augusto  
PereiraMEMÓRIAS  
DE UM  
DIPLOMATA

# EVITA

## do palco ao palácio

Dobrando o meado da década de quarenta, no regime Dutra, o Brasil foi sede da conferência internacional de nome mais comprido até aquela data. Chamava-se: Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente. A sede foi no Hotel Quitandinha, onde o sr. Joaquim Rola, não podendo cartear o jogo, alugava para reuniões e assembléias. Da Conferência nasceu o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Para o abastecimento de notícia aos jornais e estações de rádio, foi instalado um complexo de telex entre Quitandinha e o Itamarati. E na distribuição das notícias, pela primeira vez em sua história, a antiga e discutida Polícia Especial colaborou como estafeta. Fortudos buscavam no Ministério fitas do telex e levavam às redações.

No meio da conferência do Quitandinha surgiu um problema que poderia ser transformado em um caso internacional. A sra. Maria Eva Duarte de Peron, Primeira-Dama da Argentina, estava na Europa. Regressando para Buenos Aires, viria fazer uma visita ao Brasil. Justamente: ela se propunha a falar no plenário da conferência interamericana!

Os jornais garantiam que Eva Peron viria disposta a fazer um discurso. E isso era impossível e até provocador: dona Evita nada mais era senão a Primeira-Dama argentina. Não fazia parte da delegação e não poderia, por isso mesmo, intervir no trabalho.

Expectativa no Itamarati. Alguém teria que convencer dona Evita para não insistir. Quem parecia calmo, em Quitandinha, era o chanceler Raul Fernandes.

O primeiro-secretário de Embaixada foi destacado para receber a Primeira-Dama da Argentina no Galeão. E nesse tempo, o Galeão não se juntava, ainda, ao continente. O avião

descia no Galeão e os passageiros vinham de lanchinha para terra.

A lanchinha de dona Evita Peron era especial. Poucas pessoas para recebê-la. O embaixador da Argentina, delegados e o diplomata brasileiro.

À chegada, Eva Peron recebeu correspondência do marido, o ditador Peron. E, dentro da lanchinha, provavelmente para que os circunstantes pudessem ler, Eva Peron abriu a carta do esposo, ao lado dos que a receberam.

E quem pôde dar uma olhada, deu. A primeira linha da carta de Peron para Eva, dizia: — Mi amorzito.

Mas a grande fofoca não era a carta de Peron, era a presença de Eva na Conferência. E ao chegar ela mesma falou que iria ao Quitandinha.

Parece que naquele dia da visita de Eva Peron à conferência, o pessoal acordou mais cedo. O Quitandinha era um reboiço. Eva falaria ou não falaria. E como ficaria o presidente da conferência, o chanceler Raul Fernandes?

Resalte-se, no episódio, a habilidade e tranqüilidade do ministro Raul Fernandes. Ele era o único que não parecia intranqüilo. Eva Peron marcou a chegada às 11 horas. Justo no momento em que havia reunião no Plenário.

Fotógrafos, jornalistas, gente e rádio em atenção geral. Alguns protestavam:

— Mas como é que ele vai falar?

— Não pode, não.

Quando avisaram o ministro Raul Fernandes que dona Eva Maria Duarte de Peron tinha chegado, ele tranqüilamente passou a presidência da reunião e saiu para recebê-la.

No trajeto da porta do Quitandinha, onde foi recebida, até o plenário, o sr. Raul Fernandes deve ter explicado à dona Eva Peron que ela não poderia falar na conferência. E deu o golpe final.

Dona Eva entrou no Plenário. O sr. Raul Fernandes suspendeu os trabalhos para homenagear a Primeira-Dama de um país irmão. Levantada a sessão, a sra. Eva, se insistisse, poderia falar. Mas a Primeira-Dama apenas agradeceu as homenagens. E retirou-se imediatamente.

Entretanto, o ponto mais importante da visita de dona Maria Eva Duarte de Peron ao Brasil não foi o quase incidente no Hotel Quitandinha durante a Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente. Foi na ABI.

Foi programada uma entrevista coletiva. Toda a imprensa se movimentou. O regime argentino estava no auge e dona Eva era sua musa inspiradora. Parece que aquela sala da ABI nunca recebeu tantos jornalistas locais e do exterior. A conferência de Quitandinha ficou às moscas dos homens de jornais.

Eva Peron chegou à ABI com o embaixador da Argentina. Um séquito a acompanhava. Os jornalistas se acotovavam. Sentou-se a uma mesa comprida para as perguntas. O sr. Herbert Moses ao lado, como sempre.

As perguntas à Primeira-Dama argentina foram comuns: como ia seu país, o que achara da conferência etc., etc.

Uma repórter, entretanto, deu o tiro de misericórdia na coletiva. A pergunta não era assunto, mas a repórter a fez. Assim:

— É verdade que a senhora foi artista de cinema?

Dona Eva Peron fuzilou a repórter com um olhar e, repentinamente, deixou de sorrir, franziu o rosto e respondeu quase gritando:

— Isso não interessa a ninguém!

E aí terminou a entrevista.

## A Editoria

CENTRO ACADÊMICO HUGO SIMAS (Curitiba — Paraná)  
 — "Tendo em vista a relevante importância e extraordinária  
 aceitação desse jornal pelos nossos colegas, vimos pleitear uma  
 assinatura — cortesia, já que em consequência da precariedade financeira  
 que passa nossa entidade no momento, poucas  
 condições temos de adquirir uma assinatura de maneira outra".  
 A assinatura foi liberada pelo Enéas, que manda avisar  
 que na próxima semana vocês já estarão recebendo o POLITIKA.

# Indefinição, uma crítica é feita

PAULO ROBERTO DOS REIS MARQUES (Rio de Janeiro — Guanabara) — "Dentro da atual situação política brasileira, um jornal que diz: . . . porque não viemos para aplaudir o que está (todos os demais jornais já o fazem), mas para lembrar o que falta — e o que foi prometido . . . tem um grande significado e o que realmente faz; por motivos de forças maiores ou porque, sem sentir, se desvia do seu objetivo.

A atuação do jornal POLITIKA não tem sido a de aplaudir o que está, como pretendia e pretende, mas, as lembranças para o que falta são muito fracas, mal lembradas. Lembrar o que falta — e o que foi prometido; supõe-se que seja para melhorar, consertar, o cenário político brasileiro (uma tentativa em trabalho).

Claramente, o que faz o jornal para isso? O que faz o jornal?

Marcar uma posição de crítica, não resolve, não resolveu nem resolverá nada se não complementar essa atitude, numa atuação prática e definida (vide MDB). A simples existência do POLITIKA, mesmo numa conjuntura hostil a críticas, não diz muita coisa, até que ele tome sua posição com força em ação. Essa ação (ação jornalística, no plano das idéias, bem entendido) deverá se dar, no conteúdo real do jornal, no sentido concreto de seus artigos. O seu significado, de oposição, se esfacelará com o tempo, se em seus artigos não se transpirar um motivo para esse significado na prática; se nesses artigos não lembrarem o que falta — e o que foi prometido.

Nesse mesmo número onde (acho eu) o sr. Oliveira Bastos diz que o jornal está aí para lembrar o que falta — e o que foi prometido, existe uma seleção, feita pelo próprio jornal, dos melhores em política em 72 que, integra personagens como: os tecnocratas Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen; os interventores estaduais César Cals e Antônio Carlos Magalhães; e uma série de múmias da política nacional. Eu, Paulo Roberto, fiquei espantado e duplamente desconfiado. Será que isso era lembrar o que falta — e o que foi prometido? Foi, acho eu, um equívoco da direção (espero).

O que acontece é que apesar das boas intenções do jornal, há uma certa distância do que diz e do que faz em relação ao que pode fazer. A linha em que vem atuando desde seu começo, a um ano mais ou menos, é em torno de uma nostalgia política, basicamente, em lembranças de situações passadas; talvez porque, hoje, haja pouca ou nenhuma política com letra maiúscula. Não se deve discordar a importância do folclore político, da história, mas se deve, com grande destaque, sobressaltar a importância de análises que focalizem assuntos do momento; principalmente para quem quer transformar uma situação que se passa no momento, hoje, agora.

A característica principal dos artigos de destaque, salvo raríssimas exceções (talvez descuidos), é que tratam de assuntos de 10, 20, 30, 40, 50 (e por aí vai) anos atrás, sem nenhuma linha que os relacione a possíveis consequências, diretas ou não, como presente e sem serem devidamente analisados — quase sempre simples relatos, embora longos, de acontecimentos passados. (Vale a pena ressaltar o artigo da socióloga Antonieta Santos como uma exceção.)

Apresenta-se na prática, como um jornal para deputado ou senador ler e sentir saudades dos bons tempos, que não voltam mais (não voltaram até agora, pelo menos). Não chama a atenção das camadas mais jovens e mais potentes da população. Toma para si, sozinho, as dores de uma oposição que não faz de modo efetivo. Contribui, única e exclusivamente, para cultura geral dos leitores interessados que compram o jornal, o lêem, vão a seguir, para cama, dormir tranquilos.

Não coça a consciência do leitor, não o chama a pensar sobre o assunto, não mostra a extensão desse no tempo, não convoca ao, eventual, leitor menos avisado a uma tomada de posição.

Os assuntos por não se referirem ao presente, não chamam grandes atenções do público (falo de pessoas normais, não homens públicos, senadores e deputados — antigos ou novos — que contestam mas aceitam), sobre si e os que compram, em vez de ter sua curiosidade ou consciência despertada, recebem pela frente um relato histórico inconseqüente e sai sem ganhar muita coisa, sem saber os porquês.

Uma solução para que o POLITIKA se torne em oposição de fato, dividindo a sua tarefa com os leitores, para então, se fortalecer, seria a de procurar, nos artigos sobre as conjunturas políticas passadas, trazê-los em forma de análise, dizendo os como e porquês e identificando o problema com possíveis consequências no presente. Por outro lado, seria também (uma solução) necessário procurar publicar, com preferência sobre os outros artigos; artigos sobre atuais problemas políticos, sociais, econômicos (que existem aos cachos) — também em forma de análise, a fim de fornecer ao leitor armas para o combate. Fazer artigos de uma forma viva, outra da que se vem apresentando até hoje, procurando sempre colher atenção de novos leitores. É bom lembrar que para o triunfo dos objetivos do POLITIKA, um grande número de leitores se faz necessário nesse período histórico; nunca, naturalmente, desprezando a qualidade do jornal.

Somente assim, acredito eu, o POLITIKA poderá, de modo real, chegar vitorioso ao seu objetivo, pelo caminho que escolheu de lembrar o que falta — e o que foi prometido.

SANDINO PAIM (Silva Jardim — Rio de Janeiro) — "Senhor Jader Medeiros, li a sua carta — Os meninos estão no poder — em POLITIKA, publicada a 20 de novembro. Não pude lhe responder com mais antecedência por falta de tempo. Somente ontem terminei a leitura do referido semanário. Só o leio à noite, durante o dia estou ocupado no trabalho. Não tive a sua felicidade de nascer em berço de ouro, ter um pai rico. Sou homem que sua o macacão para viver e sustentar a família. Nunca dependi de favores da pátria, nem de Deus. A pátria é uma boa mãe para os altos funcionários e dirigentes. Isto porque esses são os patriotas. E o são porque ganham bons salários para serem. E quanto mais alto o vencimento, maior o fervor patriótico. A verdade é que são, em sua maioria, nazi-integralistas. São inimigos do povo e da humanidade. Daí o meu desencanto e descrença nos cantos das sereias verdes dos patrioteiros como Plínio Salgado e seus companheiros.

Em sua carta senti que o senhor é um sonhador do bem. Vive e pensa de acordo com a sua condição social. Há um princípio filosófico que nos diz: quem determina a maneira de se pensar é a nossa condição de vida. E não a nossa maneira de pensar que determina a nossa condição de vida. Daí a razão do fascismo, nazismo e integralismo. A sociedade cristã burguesa, cheia de contradições, vai buscar sempre panacéias para alimentar o regime de exploração do homem pelo homem. Mas não se iluda que isso terá um fim muito breve. Hitler e Mussolini sonharam em possuir em suas mãos o mundo. E se esbarraram em uma cerca de arame farpado.

Na sua carta — Os meninos estão no poder — aliás frase feita de autoria de Plínio Salgado, notei sua vaidade em aparecer como herói frustrado de última hora. Irão surgir muitos. Quando da passeata de abril de 1964, depois Jango, surgiram muitos heróis. Uma revolução vitoriosa tem muitos pais. Mas um movimento fracassado não há pais. POLITIKA, que acompanho desde o primeiro número, só agora observei sua orientação política: é integralista. Está coerente com a

condição política atual no Brasil, que caiu em mãos dos integralistas, não pela expressão espontânea do povo, mas por um golpe nacional. Por integralistas inimigos do povo e, particularmente, do proletariado. Antes da manifestação de Plínio Salgado sobre 1964, já sabíamos que a cabeça da serpente era o sigma, pois tinha a sua frente o conhecido integralista Mourão Filho, autor da maior farsa política que traumatizou a nossa história, o Plano Cohen. Homens que oferecem um almoço de solidariedade ao presidente da República e na hora do jantar já o depuseram. Outros como Costa e Silva, Castelo Branco, Costa e Silva fora chefe da Polícia Secreta Integralista. Todo o povo sabe que a traição nacional partirá dos integralistas.

Quanto a Plínio Salgado, é um homem sem condição para ser líder nacional. Não tem personalidade, é um literato sem força. Seu nome é lembrado, quando se pensa em traidor da pátria, como Raymundo Padilha.

Senhor Jader Medeiros, estamos cansados de demagogia. A realidade aí está: O povo marginalizado, a corrupção atingiu a todos os setores da vida nacional. Os trabalhadores foram silenciados nas suas pretensões. Hoje temos o direito da força. Não há manifestação popular, não há liberdade de reunião de manifestação pública. Os sindicatos sob um regime de intervenção direta e indireta.

Este crescimento nada mais é do que uma farsa. O Brasil cresce muito na televisão. Quando a ligamos, vemos logo o efeito da propaganda do crescimento. Mas o povo está cada vez mais pobre. E os ricos mais ricos. O crescimento positivo que sentimos é a marginalização da juventude desamparada. Os maconheiros, prostitutas e assaltos. Vemos a própria polícia envolvida em escândalos, até então nunca vistos. E vou dizer-lhe: há muitas altas personalidades envolvidas no caso da Máfia. Não é somente Nelson Duarte.

Lamento muito não ter grandes conhecimentos para poder ajudar no esclarecimento deste povo, vítima de uma crença perniciososa, fácil de ser enganado e roubado pelos Plínios Salgados e seus acólitos.

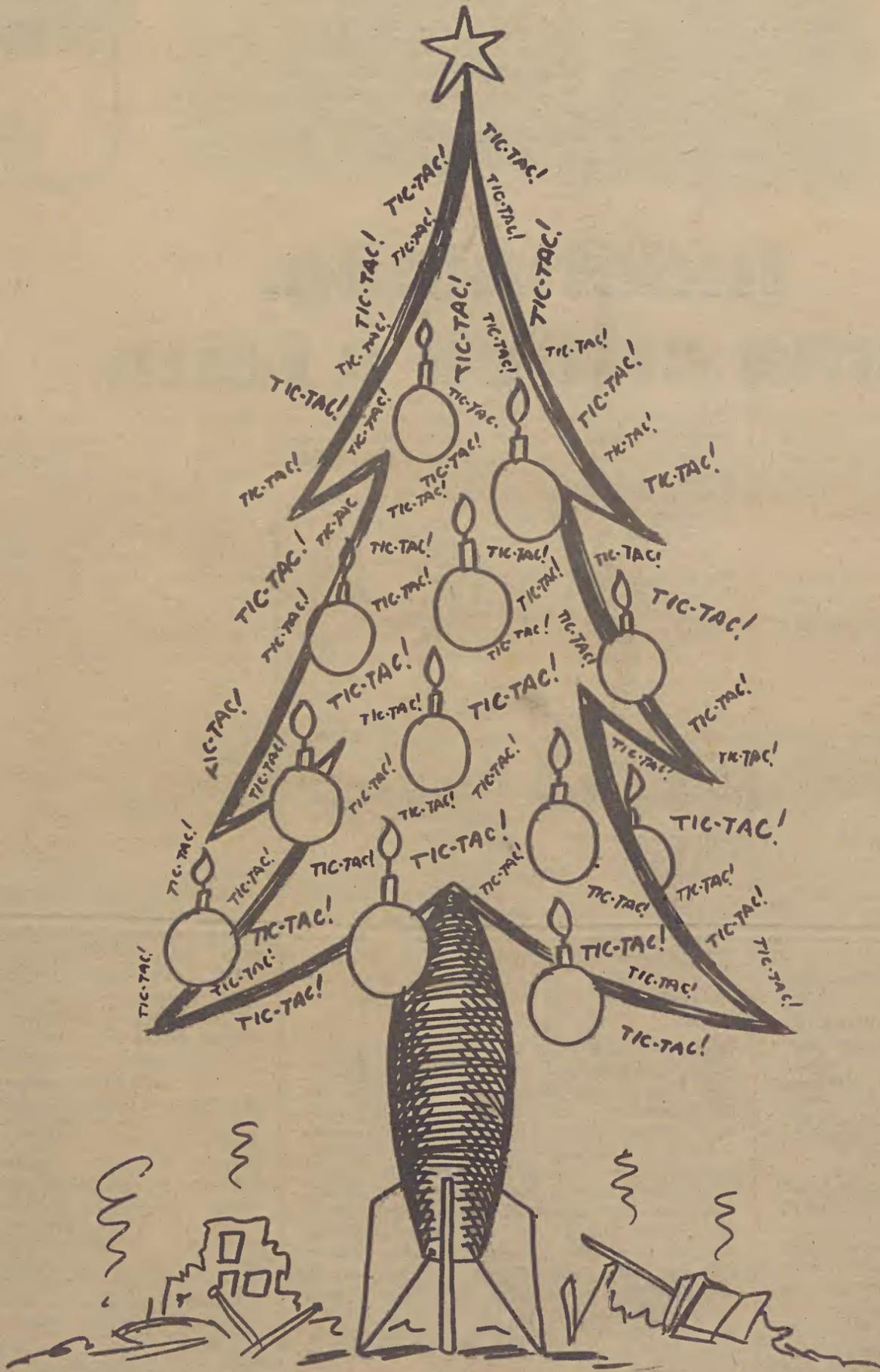
Senhor Jader Medeiros, aguardamos os acontecimentos históricos. Não serão os barrigudos privilegiados, nababos, gozadores que irão deter a marcha dos acontecimentos. Hitler pensou que mudaria o curso da história universal, mas precipitou os acontecimentos. A guerra de 1914 nos deu a União Soviética e a de 1939 transformou mais alguns países. Plínio Salgado e os heróis de batalhas de confetes representam simples pulga para enfrentar um elefante.

ÁLVARO REGAZZI (Itarana — Espírito Santo) — "Passei por Vitória. Vi o POLITIKA nas bancas. Fiquei p. da vida. E por que? Paguei Cr\$ 51 por números atrasados. Fiz assinatura de POLITIKA por um ano. Paguei Cr\$ 120. Vejam o recibo nº 013. Dado por Ponto Promoções. Com anotação de assinatura a começar em agosto de 72 até julho de 73.

Desde então recebi três números em seguida. Depois um pacote contendo dois números. E depois . . . nada mais até hoje. Escrevi para Ponto Promoções. Não recebi resposta nenhuma. Enviei outra reclamação a Ponto Promoções. Até agora, silêncio sepulcral. Agora, envio também em AR, uma correspondência para vocês para ver o que é que está havendo".

Seguinte. Álvaro, recebemos sua AR. E a resposta, você já viu, foi o envio sistemático do jornal. O que houve, não só com você, foi um desastro com a Ponto Promoções, que ocasionou esta interrupção.

# E O NATAL DE THIEU



## POLITIKA

EDITORA TORA LTDA.

Presidente: Philomena Gebran

Diretor: Sebastião Nery

Conselho Editorial: Oliveira Bastos, Geraldo Mello Mourão, Paschoal Carlos Magno.

Gerente: Enéas Resque.

Editores: Jorge França, Mury Lydia.  
Arte: Antonio Calegari, Tina Matera.  
Ilustração: Luís Fonseca.  
Humor: Fritz, Fafs

Correspondente em Brasília: Murilo Marroquim.

Direção e Redação: Av. Rio Branco, 133, grupo 1601 - telefone 232-1981 - Rio, GB.

São Paulo: Assistente de diretoria - Paulo Pereira - Av. 9 de Julho, 254, 3º andar - telefone 34-1627.

Brasília: Planteo Ltda. - Av. W-3 (seto comercial) Edifício Sônia, 4º andar - telefone 24-5376 - 24-7376.

Fortaleza: Dário Macedo - Av. Visconde do Rio Branco, 1484 - Fone 26-6837

Porto Alegre: Rui Silva de Carvalho -

Rua Miguel Tostes, 924, grupo 101 - telefone 23-1754.

Fotos: Tribuna da Imprensa e O Jornal. Distribuição exclusiva para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A - Rua Teodoro da Silva, 907 (Grajaú) - Rio, GB.

Composição e impressão: máquinas eletrônicas IBM da Gráfica Editora Jornal do Commercio - Rio, GB.